



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA • Leisa Brasil MAR 2010 • vol. 7 n. 1



**Construção
de territórios
camponeses**



avanço social e político da Agroecologia no Brasil é uma realidade inquestionável. Ele ocorre nas várias regiões a partir da multiplicação de experiências protagonizadas por famílias agricultoras e suas organizações, articulando também diferentes setores sociais direta ou indiretamente envolvidos nos rumos do desenvolvimento rural. Essa evolução positiva, no entanto, não deve ocultar o fato de que esse processo é marcado por dificuldades e algumas contradições que comprometem uma disseminação mais ampla e consistente do enfoque agroecológico na sociedade.

Aumentar as escalas social e geográfica de experiências pioneiras nos próprios territórios em que as mesmas florescem, costuma ser um dos principais e mais recorrentes desafios apontados por organizações e redes do campo agroecológico. Apesar dos inúmeros registros de iniciativas promissoras, muitas vezes elas acabam por se consolidar isoladamente, formando ilhas de prosperidade com baixa capacidade de irradiação para o entorno imediato. Parece ser essa uma dificuldade de natureza metodológica relacionada à objetivação do conceito de Agroecologia nos contextos multidiversos em que a agricultura familiar luta para permanecer e prosperar.

Ao propor o tema da *Construção de Territórios Camponezes*, esta edição procura justamente focar processos sociais que adotam o território como unidade geográfica para o planejamento da transição agroecológica e vêm irradiando seus acúmulos e resultados para além da escala das unidades familiares individuais ou das redes de agricultores que se identificam como ecologistas (ou orgânicos). Os artigos publicados revelam como o enfoque territorial vem sendo incorporado como nova perspectiva de ação estratégica para o campo agroecológico. Alguns deles sugerem que essa perspectiva implica o abandono em definitivo do viés difusionista que existe por trás da suposição de que experiências isoladas por si sós são portadoras de poder demonstrativo capaz de influenciar decisões de outras famílias e comunidades. As experiências relatadas demonstram que redes territoriais de inovação local que articulam famílias produtoras em diferentes estágios de transição apresentam-se como os dispositivos coletivos mais adequados para a criação de ambientes sociais voltados para o aprendizado mútuo e a disseminação em escala do enfoque agroecológico.

Tendo o território como base material e referência identitária, essas redes convergem para o conceito de Agroecologia e dele se apropriam ao orientar suas estratégias para a construção de crescentes graus de autonomia técnica e econômica com base no emprego dos potenciais territoriais, sejam eles ecológicos ou socioculturais. É nesse sentido que essas redes apresentam-se também como espaços políticos de *disputa pelo território* com os agentes do capital financeiro e agroindustrial. Essa disputa manifesta-se na luta pela terra, mas também se expressa na decisão de substituir a semente comercial pela semente local ou na construção de canais curtos de comercialização de alimentos (orgânicos ou não) que permitam a aproximação entre produtores e consumidores no próprio território. É justamente ao fomentar e dar sentido estratégico a essas redes de *agricultores territoriais* que a Agroecologia pode se desenvolver na sociedade como um enfoque orientador de transformações profundas na ordem injusta, predatória e economicamente falida que domina o mundo rural contemporâneo.

O editor



ISSN: 1807-491X

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.7, n.1
(corresponde ao v. 25, n. 4 da Revista LEISA)

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* é uma publicação da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia –, em parceria com a Fundação Ilea – Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.



Rua Candelária, n.º 9, 6º andar.
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-904
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

Fundação Ilea
P.O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10
www.ilea.info

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG – CTA/ZM

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

José Antônio Costabeber

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Maria Emília Lisboa Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase – RJ

Romier Sousa

Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia – GTNA

Silvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária – Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editor convidado para este número – Luciano Marçal da Silveira

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Pesquisa – Adriana Galvão Freire, Luciano Marçal da Silveira e Paulo Petersen

Base de dados de assinantes – Nádia Maria Miceli de Oliveira

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Gláucia Cruz

Tradução – Rosa L. Peralta

Foto da capa – Luís Cláudio Mattos (Mapeamento participativo em Mirandiba-PE)

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação & Design

Impressão: Sol Gráfica

Tiragem: 6.800

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

04 Editor convidado • Luciano Marçal da Silveira

ARTIGOS

07 **Agricultura, identidade e território no Sapê do Norte quilombola**
Marcelo Calazans



13 **Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território**
Luciano Marçal da Silveira, Adriana Galvão Freire e Paulo César O. Diniz



20 **Tecendo a rede e construindo dinâmicas territoriais em Itapipoca**
Maria Valdênia Santos de Souza



28 **Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense: um ator protagonista para o fortalecimento da agricultura familiar**
Natal João Magnanti



34 **Agricultura sustentável e a construção de conhecimentos locais: uma experiência em Jalisco, México**
Jaime Morales Hernández e María de Jesús Bernardo Hernández



40 **As experiências agroecológicas do México: uma visão geopolítica**
Víctor M. Toledo



46 **Publicações**

47 **Agroecologia em Rede**

A construção de territórios camponeses

Luciano Marçal da Silveira

Ao focar o tema da construção de territórios camponeses, esta edição da *Revista Agriculturas* apresenta narrativas que abordam trajetórias atuais de lutas sociais voltadas para a reafirmação da vigência histórica da agricultura camponesa em tempos de globalização neoliberal e de hegemonia política e ideológica da agricultura industrial. A ênfase sobre a natureza camponesa da disputa dos territórios com o capital agroindustrial e financeiro pretende jogar luzes sobre os modos de produção e os modos de vida de famílias e comunidades rurais que constroem suas perspectivas de futuro de forma intimamente conectada às sociedades em que vivem e aos ecossistemas em que produzem. Segundo feliz definição de Wanderley (2009), trata-se de *agricultores territoriais*, já que estão profundamente enraizados nos territórios que habitam e dos quais retiram os elementos definidores de suas próprias identidades socioculturais. Quilombolas, geraiseiros, sertanejos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, agroextrativistas, entre outros povos, são ricas expressões identitárias de nossa nação multicultural que lutam pela garantia de seus meios e modos de vida.

A despeito do discurso dominante, as agriculturas de base familiar camponesa continuam cumprindo um papel central e determinante para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Atualmente, mesmo após o acelerado processo de urbanização da população mundial e da difusão generalizada dos padrões técnicos da agricultura industrial, aproximadamente 1,2 bilhão de camponeses e pequenos agregados familiares agrícolas constituem cerca de dois quintos da humanidade e proveem a maior parte da alimentação consumida no planeta.

Só mais recentemente a agricultura camponesa vem sendo reconhecida pelas múltiplas funções que cumpriu e que continua cumprindo na produção de alimentos, na geração de emprego, na produção de riquezas, na conservação das paisagens e na promoção de serviços ambientais.

Na contracorrente do modelo hegemônico de desenvolvimento e contrariando todas as teses que anunciam o desaparecimento das agriculturas camponesas, essas populações rurais têm mobilizado suas forças e estratégias de resistência, disputando palmo a palmo o domínio de seus territórios, em defesa de seus modos de produção e reprodução, de suas formas de relacionamento com a natureza, de sua identidade, de sua cultura. Como resultado do confronto entre a agricultura camponesa e a lógica capitalista de desenvolvimento agrícola, assistimos nos dias de hoje à coexistência de trajetórias opostas de estruturação dos agroecossistemas. Enquanto alguns assumem padrões empresariais de produção, promovendo intensos processos de mercantilização, outros, como reflexo da crise gerada pelo próprio estilo empresarial, evoluem no sentido de reconstruir crescentes graus de autonomia técnica, econômica e cultural por meio da refundamentação da agricultura no território. Essa segunda trajetória pode ser interpretada como uma expressão de resistência da agricultura familiar às forças econômicas, políticas e ideológicas que a empurram para níveis cada vez maiores de dependência ao agronegócio. Nesse sentido, as dinâmicas sociais de inovação agroecológica podem ser compreendidas como processos de recampanização dos territórios rurais.

As experiências apresentadas nesta edição são reveladoras da resistência e da força da agricultura camponesa, bem como explicitam o papel e a importância do enfoque agroecológico como instrumento conceitual e metodológico referenciador de estratégias de ação de movimentos sociais sobre os territórios rurais. Além disso, os textos aqui reunidos permitem apontar elementos comuns e centrais para o avanço do campo agroecológico, dentre os quais destacam-se:

1) A disputa pelos territórios

Avançar na construção de territórios camponeses requer, antes de tudo, destrinchar suas trajetórias históricas de ocupação e uso, o que implica entender as dinâmicas econômicas, as relações de poder e as organizações sociais territorialmente originadas. Somente a explicitação dos objetivos e interesses por trás dos projetos que marcam as disputas pelo território poderá fazer com que os atores protagonistas das iniciativas individuais de promoção de uma agricultura familiar

camponesa (a começar pelas próprias famílias agricultoras) possam se identificar mutuamente e adensar suas capacidades políticas para elaborar e defender um projeto estratégico comum para o desenvolvimento territorial.

Os casos apresentados trazem evidências da força destrutiva e do caráter excludente dos projetos de desenvolvimento assentados na lógica econômica e ideológica do agrogêncio. Um dos principais efeitos deletérios desses projetos vem exatamente do fato de que eles não são concebidos a partir das especificidades do território, nem o consideram como unidade de planejamento. Os territórios, ou seja, seus ecossistemas e seus habitantes, são integrados a essa lógica como recursos a serem explorados para a produção de lucros no curto prazo e não como condições básicas para fundamentar estratégias de desenvolvimento sustentável.

São expressões desses sistemas a monocultura do eucalipto, conformando imensos desertos verdes no norte do Espírito Santo; os ciclos econômicos agroexportadores dos latifúndios do Agreste da Borborema; a instalação de agroindústrias e perímetros irrigados de cana-de-açúcar e coco; os empreendimentos turísticos de grupos empresariais estrangeiros no Território de Itapipoca; e, na Serra Catarinense, a exploração das florestas de araucária, a monocultura de pinus e a implantação de barragens.

O caso emblemático que nos chama particular atenção é o descrito no artigo de Marcelo Calazans. Sua narrativa sobre a história do Sapê do Norte, no Espírito Santo, nos leva a conhecer a ação das grandes empresas produtoras de celulose que foram responsáveis pela promoção de mudanças profundas na configuração socioespacial da região, marcando intenso processo de desterritorialização da agricultura regional e afugentando do campo grande parte das comunidades quilombolas e de outros povos tradicionais. Ao perderem substancialmente o controle do espaço físico e suas referências simbólicas e identitárias, essas comunidades passam a experimentar crescentes níveis de precarização da qualidade de vida e de degradação ambiental.

Entretanto, é exatamente na contracorrente desse movimento que se desenvolvem as mais diversificadas estratégias de resistência, inovação e superação, todas portadoras de grande força em defesa da construção de territórios camponeses. As experiências aqui apresentadas narram trajetórias das agriculturas de base familiar que teimam em permanecer produzindo e se reproduzindo. Seu profundo enraizamento no território é sua principal trincheira de luta. E é na batalha cotidiana pela sobrevivência que as famílias agricultoras vêm estruturando estratégias sofisticadas de inovação e transposição de obstáculos.

Os casos reunidos nesta edição são exemplos de reafirmação da lógica camponesa de produção, ou seja, sinalizam caminhos nos quais se percebe um movimento de recampesinização dos territórios, em diferentes intensidades e escalas. Isso fica evidente nas ações progressivas de reconquista e apropriação do território, de seus recursos, de suas formas de produzir e consumir, promovendo, enfim, a revitalização de suas culturas e modos de vida.

2) Recampesinização e construção do conhecimento agroecológico

Os processos de construção e disseminação de conhecimentos relacionados ao uso e manejo dos recursos dos agroecossistemas desempenham um papel central na reestruturação da lógica camponesa de gestão dos territórios rurais. O resgate e a valorização dos saberes tradicionais das famílias agricultoras constituem, nas experiências apresentadas, a base inspiradora para a geração de novidades. Desse ponto de vista, o emprego do enfoque agroecológico se estabelece como paradigma científico capaz de mobilizar o conhecimento local e articulá-lo a conhecimentos científico-acadêmicos acerca da gestão dos agroecossistemas.

A aplicação do enfoque agroecológico é viabilizada por meio de dinâmicas locais de experimentação baseadas no intercâmbio de agricultora a agricultor e na configuração de redes sociais como a Rede de Agricultores(as) Agroecológicos de Itapipoca (CE), a Rede de Agricultores(as)-experimentadores(as) do Polo da Borborema (PB) e a Rede de Alternativas Sustentáveis Agropecuárias de Jalisco, no México. Na mesma perspectiva, vale destacar os processos de construção do conhecimento agroecológico em curso no México, descritos por Victor Toledo, e sua capacidade de se reconectar com o conhecimento multimilenar das agriculturas tradicionais que ainda marcam a conformação de seu território/nação.

Em síntese, os artigos desta edição trazem inspirações importantes para que seja devolvida à agricultura camponesa o seu papel histórico-cultural, reconhecendo sua participação ativa nas dinâmicas sociais de inovação e nos processos de produção e disseminação de conhecimentos sobre o manejo de agroecossistemas.

3) A centralidade das experiências concretas para a ação política

A força motriz dos processos de construção dos territórios camponeses passa necessariamente pelo fortalecimento do protagonismo de agricultores, agricultoras e suas organizações. As experiências aqui apresentadas são marcadas pela conformação de redes sociotécnicas e político-organizativas, mobilizadoras de processos de experimentação de inovações concebidas no território e muitas vezes dirigidas para o enfrentamento imediato das privações a que estão submetidas as famílias agricultoras. Ao mesmo tempo, mobilizam sua base social buscando integrá-la a um processo de construção coletiva de projetos alternativos para o desenvolvimento da agricultura familiar. As habilidades construídas nessas redes vêm ampliando os laços de cooperação entre agricultores(as) e suas organizações, assim como têm sido capazes de engajar organizações de assessoria e profissionais de instituições públicas de desenvolvimento.

Para além das institucionalidades formais constituídas nos territórios, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte, o Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, a Rede de Agricultores(as) Agroecológicos do Território de Itapipoca, a Rede Agroecológica do Território Serra Catarinense, a Rede de Alternativas Sustentáveis Agropecuárias de Jalisco e a União Nacional Florestal Comunitária

do México são expressões concretas do papel decisivo de institucionalidades territoriais, que relacionam a ação política de defesa do território aos processos de inovação agroecológica fundamentados no resgate e na revalorização dos mecanismos de reciprocidade e solidariedade camponesa.

4) Fortalecimento das economias camponesas e a relação com os mercados

Os artigos também trazem evidências da importância das formas camponesas de relacionamento com os mercados. Apontam para um movimento progressivo de ruptura com a excessiva dependência da agricultura familiar aos mercados de insumos e produtos. Ao refundamentar a produção agrícola na natureza, os protagonistas dos casos aqui relatados vêm conseguindo promover níveis crescentes de autonomia das unidades familiares e do conjunto do território, por meio da produção dos insumos para a reprodução dos sistemas e da provisão de alimentos para o abastecimento dos núcleos familiares. Também integram esse processo os mecanismos de autogestão de recursos coletivos, fortalecendo a constituição de economias comunitárias, a exemplo da Rede de Banco de Sementes e dos Fundos Rotativos Solidários apontados na experiência do Polo da Borborema.

As experiências ressaltam também o incentivo às estratégias de revitalização dos mercados locais, priorizando e ampliando os circuitos comerciais curtos, capazes de absorver a diversidade da produção camponesa. A diminuição dos custos de produção somada a práticas de agroindustrialização difusa e autogestionada por grupos comunitários tem permitido agregar valor à produção e reter no território a maior parte da riqueza nele gerada. Vale destacar a expansão das feiras livres agroecológicas, valorizando as culturas alimentares locais e reaproximando produtores e consumidores. Outra vertente importante é a estruturação de polos mercantis territoriais conectando a demanda dos mercados institucionais locais (escolas, creches, restaurantes populares, etc.) à diversificada e saudável produção da agricultura familiar. Essas iniciativas vêm sendo promovidas sobretudo pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (PAA/Conab) e, mais recentemente, pelo Programa da Alimentação Escolar (Pnae). A experiência da Serra Catarinense traz contribuições particularmente valiosas a esse respeito.

5) A relação Estado-Sociedade e a contextualização das políticas públicas nos territórios

O Estado pode e deve cumprir papel determinante na orientação dos rumos do desenvolvimento rural em defesa da agricultura familiar camponesa. Entretanto, historicamente, o Estado brasileiro, assim como o de outros países latino-americanos, atuou em favor da grande empresa agromercantil, elegendo-a como modelo privilegiado de ocupação e desenvolvimento dos territórios rurais.

Apesar de o atual governo brasileiro manter o mesmo alinhamento histórico de favorecimento do agronegócio e do grande capital agroindustrial, os últimos anos foram ricos em experiências que sinalizam caminhos para a renovação das relações entre Estado e sociedade. Hoje, percebe-se uma in-

flexão positiva das políticas públicas em direção ao fortalecimento das agriculturas de base familiar e ao reconhecimento e valorização de suas relações com seus territórios. Alguns artigos apresentados nesta edição apontam para a construção desses novos enfoques, tanto na elaboração como na implementação de políticas, ampliando a esfera pública do desenvolvimento para além do próprio Estado.

As políticas em curso no Brasil que incidem no desenvolvimento territorial vêm criando oportunidade para a conformação de novos espaços de governança e para a democratização dos processos de definição sobre a alocação de recursos públicos, constituindo uma arena política privilegiada para a interlocução entre os diferentes atores que disputam esses recursos. Essa conjuntura cria condições favoráveis para que as políticas se contextualizem nos territórios, moldando sua intervenção às realidades locais e abrindo oportunidades para a dinamização dos processos de inovação.

Na atualidade, as consequências nefastas do modelo de desenvolvimento implementado com apoio do Estado brasileiro são bastante conhecidas. Merece destaque a escolha feita a partir da década de 1960 de orientar as políticas para o mundo rural, no sentido da modernização da grande propriedade e do paradigma da Revolução Verde. Essa opção certamente não era a única possível naquele momento histórico. O artigo de Victor Toledo demonstra que a reforma agrária realizada no México, no início do século XX, teve impactos decisivos para a promoção de transformações estruturais positivas na sociedade mexicana ao dar lugar a processos de recampesinização em escala nacional. Essa experiência chama atenção para o papel que o Estado Brasileiro pode vir a cumprir nesse campo, em que pese o fato de que mesmo o Estado mexicano tenha abandonado o legado da revolução do início do século passado ao se alinhar visceralmente à globalização neoliberal, como deixa claro o artigo de Jaime Morales e Maria Hernandez.

Retomar a rica experiência mexicana e buscar inspiração nela para engendrar processos similares em outros países, fato que tem sido historicamente bloqueado no Brasil, é um desafio que se coloca na ordem do dia face aos decisivos dilemas enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Entretanto, mudanças dessa magnitude não se farão sem que os movimentos sociais acumulem força política a partir de suas experiências concretas para que sejam capazes de influir na correlação de poder na sociedade de forma a promover transformações estruturais em favor de processos massivos de recampesinização dos territórios rurais.

Luciano Marçal da Silveira

Coordenador do Programa de Desenvolvimento Local do
Agreste da Paraíba
luciano@aspta.org.br

Referências bibliográficas

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009. (Número especial da revista *Agriculturas*).



Fotos: Paulo Henrique/Rede Deserto Verde-ES

Diversificação de cultivos no quintal peridoméstico.

Agricultura, identidade e território no Sapê do Norte quilombola

Marcelo Calazans¹

Sapê do Norte: espaço e tempo

O acesso às 32 comunidades quilombolas do Sapê do Norte no estado do Espírito Santo, localizadas nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, é dos mais confusos.

Para quem se aproxima pela BR101, quase na fronteira com a Bahia, não há placas ou sinais de identificação dos quilombos. Na longa planície que se forma no litoral Norte

capixaba, em uma paisagem monótona e homogênea, onde o eucalipto predomina, poucas são as referências que indicam o caminho. Em termos de símbolos, apenas mensagens empresariais: a) interditos: “Proibido caçar”, “Não entre, área em manejo”; b) propaganda em outdoors: “Manejo florestal sustentável”, “Preserve a floresta”; e c) localizações dos talhões de plantio: “CB-113H”.

Nos 20 km de estrada de terra do acesso ao quilombo de Roda d’Água, por exemplo, no município de Conceição da Barra, não há jaqueiras, pedras, mangueiras, declives, murundus, curvas, pasto, café, casas, comércio, gente; nada que possa servir de referência espacial. Não há um aqui, ou ali ou lá, um

¹Colaboraram na elaboração deste texto as colegas Vanessa Schottz e Maria Emília Pacheco, do Programa Nacional de Agroecologia e Segurança Alimentar da Fase, e os colegas Alacir de Nadae, Daniela Meireles e João Baptista, da Fase Espírito Santo.



Dona Benedita, quilombola da Comunidade de São Domingos – Conceição da Barra, apresenta ao grupo de visitantes como irá plantar entre as fileiras de eucalipto após seu corte.

“antes de” ou “depois de”. Para Roda d’Água, não há sentença discursiva que indique “Depois de x, vire à esquerda”. A monocultura do eucalipto, por meio do velho eixo cartesiano abscissa/ordenada, impõe o GPS como único discurso possível de localização: “18° 35’ 31” S, 39° 44’ 4” W”.

Essa situação se estende por todo o Sapê do Norte, onde qualquer forma de aproximação e direcionamento evidencia que os discursos de localização e os caminhos perderam a territorialidade que lhes servia de referência. Já nas falas quilombolas, é muito comum ouvir: “ali onde era o córrego” ou “lá na antiga farinheira”, “aqui tinha uma roda d’água”. Registros de uma outra temporalidade resistem no discurso e nas referências espaciais das 1.200 famílias que ainda habitam menos de 10 mil hectares do Sapê e que um dia foram 250 a 300 mil, conforme estimativa dos técnicos do Inbra.

A combinação do cultivo em larga escala com o manejo químico e genético de uma única espécie de árvore de rápido crescimento ordenou uma lógica espacial em

que a diversidade e a heterogeneidade deixaram de ter lugar. Ilhadas em meio a 100 mil hectares de eucalipto que compõem o chamado Deserto Verde, as comunidades quilombolas demarcam a presença histórica de uma outra territorialidade, posta para fora do tempo (ana-crônica) e do espaço (u-tópica) do agronegócio cartesiano. De fato, parte dos quilombolas do Sapê, principalmente os de Conceição da Barra, com 70% da área municipal coberta pela monocultura, vive dos resíduos da madeira, conquistada em conflitos constantes junto aos talhões de eucalipto. A atividade do *facho* (recolhimento dos resíduos) e do carvoejamento, como alternativa última de vida, demonstra a incorporação subordinada de inúmeros jovens e adultos (homens, em sua maioria) à lógica da expropriação mercantil empresarial.

Breve histórico da construção espacial

Nos últimos 40 anos, o destino histórico e ambiental do Sapê do Norte esteve diretamente atrelado à capacidade de produzir fibras homogêneas para o consumo de papel nos países do Norte, seguindo um padrão produtivo predatório e um modelo agrícola devastador.

Implantadas a partir dos anos 1970, sob a égide dos Atos Institucionais da ditadura militar, e desde então apoiadas por fartos créditos do BNDES, isenções fiscais e flexibilização das leis trabalhistas e ambientais, as grandes empresas do agronegócio do eucalipto (Aracruz/Fybria/Votorantim, Suzano, Plantar, Veracel, Stora Enso, Jakko Poyre) e os conglomerados internacionais a montante e a jusante da indústria do papel (Proctor and Gamble, Kimberly Klarc, Siemens, Banco Mundial, Banco Nórdico de Investimento, Banco Europeu de Investimento, etc.) foram responsáveis por uma violenta e abrupta transformação da paisagem.

A substituição da Mata Atlântica pelo eucalipto; o desenho e o corte de novas estradas para transporte de madeira e maquinário agrícola; o aterramento de lagos e nascentes; a semiaridização do clima com a queda dos índices pluviométricos; o desaparecimento de mais de 100 córregos e a contaminação de outros tantos por agroquímicos; a destruição de escolas, farinheiras, casas

e equipamentos comunitários; além das ameaças e despejos forçados, provocaram um êxodo rural sem precedentes. A Comissão Quilombola do Sapê do Norte estima que, das 12 mil famílias que habitavam o Sapê do Norte, apenas 1.200 resistiram. Nada menos que 90% migraram para as periferias urbanas da região norte do Espírito Santo e mesmo para a região metropolitana de Vitória.

No Sapê do Norte dos quilombolas, as referências espaciais só têm sentido pelo recorte temporal de *antes* e *depois* da monocultura do eucalipto. O vasto território que os abrigou e protegeu do sistema colonial e escravocrata do império, bem como da aristocracia agrária da velha e nova repúblicas, e principalmente o convívio com a Mata Atlântica garantiram o extrativismo e uma agricultura familiar e camponesa diversificada, com relevância para a mandioca e a produção de farinha, tradição regional desde o século XVIII. Toda a vida cotidiana nos quilombos era determinada por uma cosmovisão assentada em uma base natural e territorial. O trabalho agrícola se realizava em mutirões (*ajuntamentos*) no ancestral sistema de coivara, ocupando pequeno espaço agrário e permitindo rodízio de áreas e cultivos que, associados à pesca e à caça, garantiam a segurança alimentar das sucessivas gerações. As práticas tradicionais de saúde, muitas vezes sob a forma de ritos religiosos, se baseavam nas ervas medicinais, cipós e cascas de árvores para a produção de tinturas, bálsamos, chás, etc. Embora o acesso ao letramento fosse dos mais restritos, a educação das novas gerações se realizava no âmbito da família ampliada, de primos-irmãos, unidos por um forte elo de parentesco comunitário. A religião, a culinária, os folguedos, o trabalho agrícola, o extrativismo eram aprendidos e ensinados pela tradição prática e oral, a partir do exemplo (*fazer*) e das palavras (*saber*) das gerações mais velhas.

Mas no espaço de apenas duas ou três gerações, o Sapê do Norte sofreu um profundo e abrupto processo de des-territorialização, de destituição de seus signos ancestrais. A implantação dos maciços de eucalipto se realiza *pari passu* à desconstrução, ao reprocessamento e à reconstrução do espaço socioambiental, isolando e soterrando quase todas as referências econômicas, culturais, religiosas, sociais, enfim, territoriais dos quilombos. Quase todas, porque é nesse contexto que a agricultura quilombola sobrevive, na insistência de pequenos roçados, entre dois e dez hectares, no entorno imediato de seus quintais e comunidades.

Atualidade da resistência produtiva quilombola

Destinatária de uma tradição secular, sob claro protagonismo das mulheres, a maior parte das 1.200 famílias quilombolas do Sapê planta e cria diversificadamente. Seus membros pesquisam e conservam espécies de mandioca, milho, feijão,

melancia, abóbora, quiabo, maxixe, coco, manga, jaca, cajá, banana. Reelaboram práticas tradicionais e experimentam técnicas de manejo. Acessam canais de comercialização nas feiras locais e regionais e promovem contínuas trocas intercomunitárias de sementes e práticas agrícolas, tecendo uma rede informal, porém de extrema capilaridade social.

Essa resistência produtiva dos(as) quilombolas do Sapê desafia a demanda empresarial e consumista pela homogeneidade de fibras e impõe uma diversificação na paisagem. Em meio ao eucalipto, a agricultura quilombola encontra caminhos de sobrevivência e luta pela reconquista de seus recursos naturais e patrimônio genético. Busca reinscrever, no espaço cartesiano dos eucaliptos, seus signos e referências territoriais: mata, quintal, roça, farinheira. Sem tais registros e signos, o processo de autoidentificação não se realiza/atualiza, o que impossibilita outro modelo de ocupação, uso e significação territorial.

No quilombo de Angelim Santa Clara, em Conceição da Barra, uma área de sete hectares serve de experimento para o plantio e o manejo de mudas pioneiras de árvores da Mata Atlântica. No quilombo de São Cristóvão, campos de reprodução de mandiva² garantem a preservação de variedades regionais de aipim. Nos quilombos de Divino Espírito Santo, Roda d'Água e Angelim, por meio do trabalho em mutirão, três farinheiras tradicionais foram reerguidas. Em Linharinho a produção de farinha ganha escala, para além da capacidade instalada de produção de mandioca. A demanda de expansão desses experimentos sobre a terra de seus ancestrais pressiona o *status quo* empresarial e não se assenta apenas sobre o argumento do passado histórico, mas principalmente sobre as expectativas de futuro das novas gerações.

² Mandiva ou maniva são os termos usados no Sapê do Norte para o talo da planta da mandioca, usado no plantio e reprodução do cultivo.

O modelo agrícola dos plantios homogêneos interpreta a resistência produtiva quilombola como uma variável fora de seu sistema de controle espacial e requisita junto ao Estado uma absoluta segurança jurídica, ainda que somente seja possível mediante expulsão e criminalização. Por outro lado, a agricultura quilombola avança e interpreta o território a partir da identificação e da criação de referências de destino para sua longa tradição sobrevivente nas comunidades e exige do mesmo Estado a garantia de seus direitos, apenas reconhecidos na Carta Constitucional de 1988, um século depois da tardia e formal abolição.

A transição agroecológica e o horizonte de futuro

Um novo momento se configura no horizonte dessa disputa territorial. Fortalecido pelo argumento climático do sequestro de carbono nos plantios de eucalipto e com a expectativa de investimentos provenientes desse novo mercado, o setor empresarial avança nos experimentos com árvores geneticamente modificadas, de ciclo mais curto entre o plantio e o corte, bem como na expansão da área plantada de eucalipto via contratos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd).³ A meta do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas da era Carlos Minc, de 2010, é dobrar a área plantada de eucalipto, passando dos atuais 5,5 milhões para 11 milhões de hectares, no que condiz com o Plano Nacional de Floresta da era Marina Silva, de 2003. Dessa forma, transgênicos e mercado de carbono constituem duas novas ameaças para os quilombos do Sapê do Norte. Ao mesmo tempo, a crise hídrica impõe a necessidade de novas estratégias de adaptação ao clima semiárido.

Organizadas pela Comissão Quilombola do Sapê do Norte, as comunidades iniciaram a partir dos anos 2000 uma estratégia conjunta de enfrentamento dos plantios industriais, promovendo marchas e mobilizações contra as grandes empresas monocultoras: retomada do cemitério, corte de eucalipto nas proximidades das casas, acampamento de reconquista de terras devolutas, ocupações das sedes do In-cra e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (*Seag-ES*), bloqueio da BR-101. Formando novas lideranças políticas, os quilombolas articulam sua luta em um campo de alianças estadual e nacional, por meio da Comissão Quilombola Estadual e da Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq), incluindo regionalmente outros movimentos e redes sociais, como a Rede Deserto Verde, a Via Campesina, o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Negro, ONGs, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fase, APTA, pastorais católicas e luteranas, sindicatos, pesquisadores, acadêmicos, etc.

Para tentar conter essa mobilização, as empresas lançam mão de um significativo aparelho de segurança privada dos plantios, que curiosamente gera tantos postos de trabalho quanto o próprio manejo do eucalipto. Verifica-se, portanto, que o sistema do agronegócio monocultor é estruturalmente inseguro, seja na perspectiva genética, já que somente os químicos garantem a estabilidade sistêmica, seja na perspectiva social, uma vez que somente a repressão garante a segurança patrimonial. À parte a ciência e a propaganda empresarial, sob qualquer outra perspectiva, os plantios de eucalipto em larga escala no Sapê do Norte são explicitamente insustentáveis.

Na esfera da resistência produtiva e da construção de alternativas, a agricultura quilombola vai se deparando com o enorme desafio de preparar a reconversão das terras reconquistadas e em disputa. Como recuperar o solo de uma área onde se plantou eucalipto por 40 anos? Como preservar as poucas nascentes e adensar a mata ciliar remanescente? Quais são as espécies cultivadas ou as árvores pioneiras na transição a serem introduzidas entre as fileiras de tocos de eucalipto? São questões inquietantes para a Agroecologia, em geral, e para as famílias agricultoras quilombolas, em particular.

A reconversão de uma área de eucalipto pós-corte, seja para Mata Atlântica ou para o plantio de alimentos, é um dos principais desafios técnicos a serem enfrentados. Porque não basta recuperar o domínio da terra para romper o círculo vicioso do eucalipto que, depois da extração por corte raso, rebrota com enorme vigor. A retomada das terras é condição essencial, porém, não garante em si a reconquista territorial, em seu sentido identitário e cultural. Algumas gerações serão necessárias para se restabelecer a territorialidade e o uso dessas terras. Nesse aspecto, a transmissão da memória das gerações pré-Aracruz para a juventude quilombola é de fundamental importância, pois guarda a experiência da floresta e de um território pleno de identidades e referências culturais, algo ignorado pelas gerações pós-eucalipto.

A Agroecologia adquire, portanto, importância estratégica nessa reconquista. O desenvolvimento dos experimentos agrícolas em curso nas comunidades, o fortalecimento das redes de

³ O MDL foi um dos instrumentos acordados no Protocolo de Kyoto (1997) de compensação das emissões do Norte por meio da fixação ou sequestro de carbono no Sul. Já o Redd é um instrumento pós-Kyoto, proposto a partir das negociações de Bali (2007) e tema central dos debates de Copenhague (2009), segundo o qual os países do Norte pagariam pelas florestas conservadas ou adensadas no Sul. Importante registrar que ambos os instrumentos, centrais na construção do mercado mundial de carbono, partem de uma definição de floresta *lato sensu*, isto é, incluindo também plantações de árvores em sistema de monocultura, como no caso do eucalipto, sob os títulos de *manejo florestal sustentável*, *reflorestamento* e *adensamento florestal*.

intercâmbio de sementes e as técnicas e práticas de manejo da rebrota do eucalipto são alguns dos processos no campo da prática e da teorização agroecológica. Assim, o debate territorial do Sapê do Norte traz questões essenciais para a transição agroecológica e tenciona, desde um local específico e singular, todo o modelo global Norte-Sul e sua espacialidade cartesiana. Para o chamado campo agroecológico, que reúne agricultores quilombolas e camponeses no âmbito regional, com a Articulação Capixaba de Agroecologia (ACA), e nacional, com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a reconstrução do território quilombola no Sapê do Norte pode contribuir para o desenvolvimento coletivo de um novo padrão produtivo, ancorado em uma nova base social e política.

Políticas públicas como campos estratégicos de disputa

Na construção da contra-hegemonia, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte vem articulando a resistência política à resistência produtiva, atuando em redes de influência sobre o Estado e suas políticas públicas. Para barrar o novo boom de expansão dos monocultivos de eucalipto, incide crítica e propositivamente sobre um conjunto de políticas e programas governamentais: regularização fundiária, crédito e extensão rural, políticas agrícolas e florestais, licenciamentos e zoneamentos, isenções fiscais, abastecimento, etc. Diante de um vasto e longo quadro de violações, os quilombolas se organizam para exigir a titulação de seu território e pressionam



Detalhe da área, futuro roçado de dona Benedita

pela efetivação de outros direitos: água sem agrotóxicos, alimentação, educação e saúde estão na pauta das mobilizações, no Grito Quilombola, no Festival do Beiju⁴, no 13 de Maio, no 8 de Março.

Entre as diferentes arenas políticas em que atuam os quilombolas do Sapê do Norte, o debate sobre alimentação tem se demonstrado um fértil espaço de disputa e merece uma análise mais detida, pois articula um campo contra-hegemônico desde o plano nacional até o regional, com destaque para os Conselhos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar (Consea).

Em 2009, depois de visita ao Sapê do Norte, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, reconheceu em seu relatório a grave situação de insegurança alimentar nas comunidades quilombolas, associando a violação do direito à alimentação adequada à falta de acesso ao território. O argumento é claro e tem respaldo legal. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário desde o Decreto Legislativo 143/2002, o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, bem como o artigo 2º do Decreto Presidencial 4.887/2003, deveriam garantir o acesso às terras quilombolas no Sapê do Norte. A tese defendida pelo documento da Missão Quilombola é que o quadro de insegurança alimentar no Sapê do Norte só pode ser enfrentado desde o debate territorial. As políticas governamentais que devem assegurar o alimento, por meio de cestas básicas, do Bolsa Família e da merenda escolar, são precárias e não atingem o conjunto das 1.200 famílias das 32 comunidades. Por enquanto, o carvão produzido a partir dos resíduos do eucalipto ainda é a maior fonte de renda e trabalho nas comunidades quilombolas, evidenciando o lado mais perverso desse modelo de desenvolvimento.

Pesquisando um grupo focal proveniente de 11 quilombos, o relatório do seminário “Agroecologia e segurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas do Sapê do Norte”, de 2008, aponta a monocultura do eucalipto como a principal causa de insegurança alimentar e nutricional dessas comunidades, na medida em que tem provocado um intenso processo de desestruturação dos seus modos de vida tradicional e sistema de produção agroextrativista que garantia alimentação diversificada para as famílias⁵.

A transição para um novo modelo agrícola, fundado na segurança e soberania alimentar, vai exigir políticas públicas territoriais estruturantes, que integrem o plano da

⁴ O Grito Quilombola ocorre em novembro, na Semana Nacional da Consciência Negra, com referência à morte de Zumbi dos Palmares. O Festival do Beiju faz parte de uma agenda regional e acontece uma vez ao ano, quando as diferentes comunidades se reúnem para a produção e comercialização do beiju, principal alimento quilombola no Sapê, produzido a partir de mandioca e coco, representante de uma cultura alimentar transmitida por gerações.

⁵ Trecho do relatório do seminário, que foi realizado na comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra (ES), entre os dias 23 e 24 de agosto de 2008.

produção nas comunidades com os mercados locais, notadamente com as chamadas compras públicas, nos âmbitos municipais e estadual. A alimentação escolar oferecida nas poucas escolas que ainda restam nas comunidades pode migrar dos biscoitos recheados para o beiju, a pamonha e o cuscuz, fortalecendo a produção comunitária e a cultura alimentar quilombola. A cesta básica pode ser uma alavanca para a transição produtiva e para a Agroecologia quilombola, por meio de programas como a Compra Antecipada, que adquire alimentos junto às próprias comunidades. O programa Bolsa Família, se universalizado para todas as comunidades e se adequado aos laços de parentesco ampliado, pode diminuir a subordinação familiar à renda oriunda do carvão. Enfim, as políticas de Estado, regulando os plantios empresariais e promovendo a redução das desigualdades sociais e raciais, são instrumentos centrais para o destino dos quilombolas do Sapê do Norte.

Em 6 de novembro de 2009, o Incra finalmente publicou no Diário Oficial da União o memorial descritivo de delimitação de 1.219 hectares do território das comunidades de Serriaria e São Cristóvão, em São Mateus. Outros relatórios estão sendo concluídos, como São Jorge, Linharinho e Angelim. No território em reconquista, as comunidades vão (re)estabelecendo coletivamente seus pontos de referência e autoidentificação. Nos quintais e nas áreas comunitárias, nos pequenos recuos das empresas, nos caminhos entre as comunidades, a paisagem do eucalipto vem sendo gradualmente modificada, pontuada de plantios, faixas, símbolos. Signos de um território em reconstrução, sob a bênção de muitos orixás.

Marcelo Calazans
coordenador regional da Fase Espírito Santo,
membro da Rede Deserto Verde e da ACA.
marcelo.fase@terra.com.br

Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território

Luciano Marçal da Silveira, Adriana Galvão Freire e Paulo César O. Diniz

Formado por uma rede de 15 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STRs), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, o Polo da Borborema vem apoiando redes locais de inovação agroecológica que articulam mais de 5 mil famílias agricultoras dos 15 municípios que conformam o Território da Borborema. Analisando a partir de seu lugar na história do território, poderíamos dizer que o Polo retoma e atualiza uma longa

tradição de resistências sociais que aí se estruturaram como respostas ativas a conjunturas políticas e econômicas adversas à agricultura camponesa.

A presença camponesa na Borborema ao longo da história

A elevada concentração da agricultura familiar marca a paisagem regional, com o planalto da Borborema delimitando



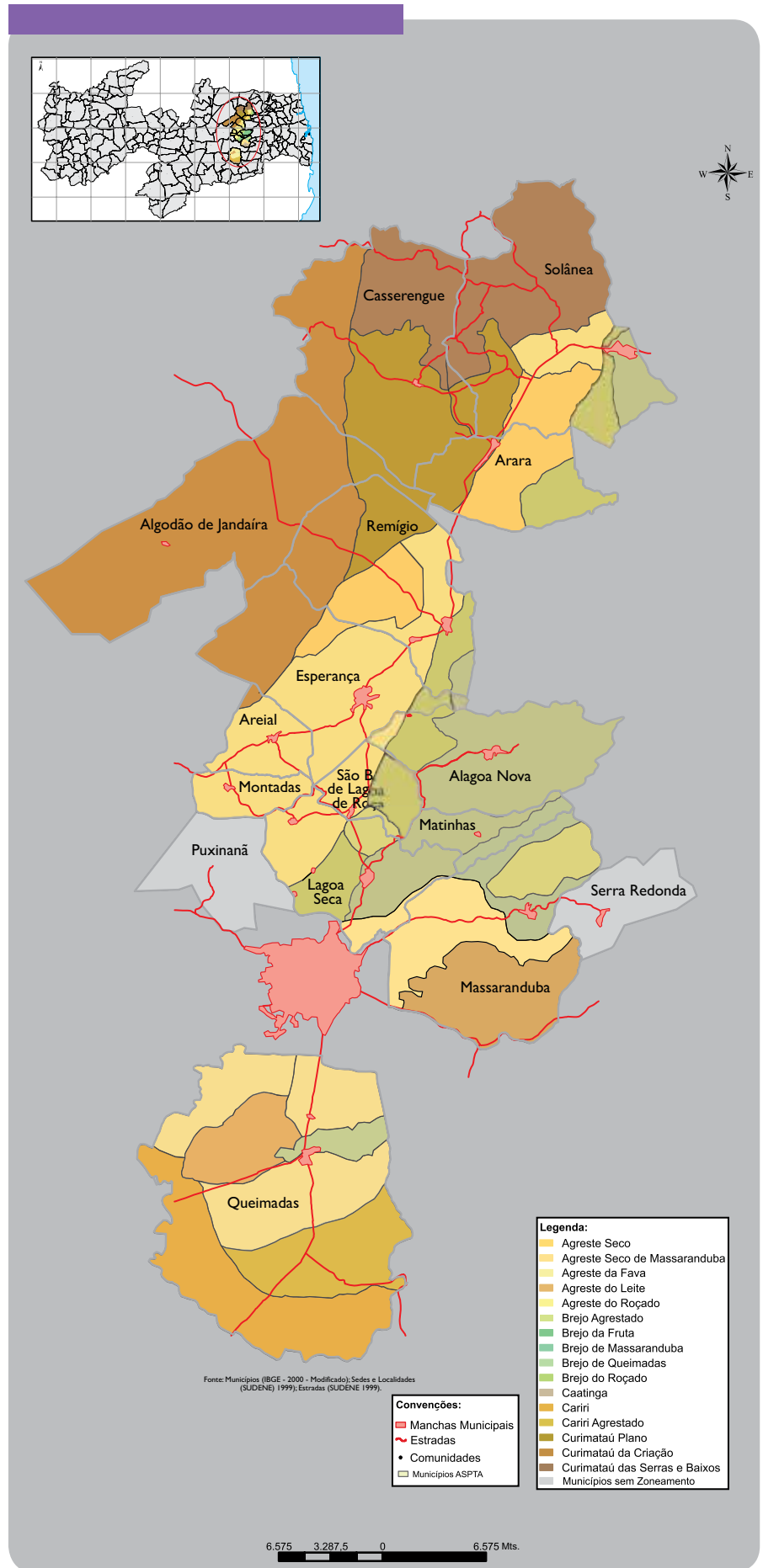
Mais de 700 agricultoras do Território da Borborema marcham pela vida das mulheres e pela Agroecologia

as peculiaridades fisiográficas, ecológicas e socioeconômicas da região. Ao centro do território, encontramos a sua porção mais elevada onde se estabelecem pequenas propriedades familiares dedicadas à policultura associada à pecuária. Na escarpa leste do planalto, as águas da bacia do Rio Mamanguape percorrem um relevo fortemente acidentado. Essa é a região localmente denominada de *Brejo*, constituído por *ilhas de umidade* e de solos férteis resultantes da ação dos ventos úmidos que vêm do litoral, onde se estabelecem propriedades familiares dedicadas à fruticultura. A porção noroeste do território é marcada pela depressão do Rio Curimataú, uma área de *sombra de chuva*, conhecida por ser a zona mais seca e pelas formações de caatinga. As criações de animais combinadas com roçados de milho e feijão são as atividades que predominam nos sistemas de base familiar ali instalados. Por fim, a sudoeste, as águas da bacia do Rio Paraíba do Norte definem uma quarta região ambiental. De altitudes mais baixas, o cariri-agrestino também é uma região seca onde se observa o predomínio das grandes fazendas de gado de corte e leiteiro e uma expressiva população de foreiros e trabalhadores sem-terra, produtores de milho e fava (ver Figura 1).

A posição geográfica e as características da paisagem fizeram com que, na História da Paraíba, essa região fosse colonizada tardiamente. O interior do estado só foi ocupado (na segunda metade do século XVIII) quando a atividade açucareira do litoral úmido impôs a separação entre a produção de cana-de-açúcar e a pecuária. Assim, os sucessivos ciclos econômicos, induzidos pelo modelo de desenvolvimento agroexportador, influenciaram a dinâmica da agricultura camponesa no Agreste, promovendo períodos históricos do território que podem ser interpretados como de campesinização e de descampesinização.

O primeiro ciclo foi resultante da liberação da mão-de-obra da atividade açucareira, quando as famílias passaram a ocupar pequenos sítios no Agreste, dedicando-se ao cultivo de alimentos e à criação para o autoconsumo. Mas foi a expansão do cultivo do algodão que, em meados do século XVIII, contribuiu definitivamente para o povoamento da região e a consolidação de seu espaço agrário. Segundo Moreira (1990), o

Figura 1 – Mapa do território produzido a partir de zoneamento participativo



boom do algodão promoveu a concentração da população, atraindo a mão-de-obra livre; a consolidação do sistema de morador, que ainda permitia o consorciamento com as culturas de subsistência; a monetarização da economia; e o favorecimento do crescimento urbano regional.

Além da economia algodoeira, seguiram-se novos ciclos econômicos impulsionados pelos cultivos da cana e do café, nas regiões de brejo, e pelo de sisal, por todo o território. A expansão da atividade canavieira ocasionou a expulsão dos moradores e arrendatários que passaram a ser funcionários de engenhos e usinas da região. Embora contribuísse para a criação de empregos rurais na época do verão, o cultivo do sisal também levou muitas famílias agricultoras a abandonarem o campo em função da revalorização das terras e por não permitir o consorciamento com cultivos alimentares. Somente nos anos 1960, com a queda do preço da fibra de sisal, os grandes proprietários voltaram a liberar o acesso à terra aos camponeses, que cultivavam áreas ociosas em troca dos restos de cultivos que eram deixados para o gado *do patrão*.

A década de 1970 foi marcada pela forte intervenção estatal em nome da modernização da agricultura e da ampliação das atividades pecuárias, mantendo os privilégios das oligarquias agrárias. A combinação da pecuária com o modelo modernizante da cana incentivado pelo Pró-álcool liquidou definitivamente o sistema de moradores das fazendas e empurra grandes contingentes de população rural para as *pontas de rua*, na periferia das cidades.

Ao introduzir um novo padrão técnico fundado na crescente artificialização da agricultura por meio do emprego intensivo de insumos industriais, muitas famílias agricultoras foram induzidas a ingressarem em trajetórias de especialização produtiva, passando a depender crescentemente dos mercados para se reproduzirem econômica e socialmente. São exemplos desse processo os produtores de batata-inglesa e os fumicultoras; e nas regiões mais úmidas, muitas famílias fazem a opção pela olericultura e a fruticultura intensiva, viabilizadas a partir do estímulo dado por políticas oficiais de crédito e de assistência técnica.

Resistências camponesas

Os processos de ocupação do território da Borborema não se fizeram sem que variadas formas de resistência das populações locais tivessem sido organizadas no decorrer da história. De fato, a Borborema é palco de lutas camponesas que remontam o período colonial. Por essa razão não há como compreender os atuais processos de resistência sem que leve em conta o esse histórico de lutas.

Uma das formas mais efetivas de resistência, embora uma das menos visíveis, vem da organização econômica e técnica dos sistemas de produção camponeses. Na contracorrente do modelo hegemônico, sob o domínio econômico dos sistemas monocultores para exportação e das políticas oficiais de desenvolvimento, os camponeses resistiram e desenvolveram suas experiências produtivas e de pluriatividade. Seja nas brechas dos latifúndios ou nos espaços abertos pelas crises econômicas no território, foram os camponeses que estabeleceram uma lógica de produção assentada na diversificação de culturas alimentares. Promoveram, assim, a dinamização da economia, ao levarem seus produtos para os mercados locais, especialmente ligados às feiras livres nos municípios da região, assim como para outras regiões interioranas do estado da Paraíba.

É justamente nesse campo de resistência que se vai construindo a identidade da agricultura camponesa na região. Tanto sindicatos como associações comunitárias, serviços pastorais e organizações de apoio vão estabelecer novos padrões organizativos, técnicos e de intervenção política para o fortalecimento da agricultura familiar. Foi nesse movimento que, no início dos anos 1990, três sindicatos de trabalhadores rurais (dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca), com assessoria da AS-PTA, colocaram o desafio de buscar estratégias inovadoras de incidência, capazes de gerar dinâmicas sócio-organizativas que atuassem sobre a essência da problemática específica da agricultura familiar da região. Tratava-se de conectar suas pautas de luta, até então muito genéricas e influenciadas pelo movimento sindical nacional, à realidade e às motivações concretas da numerosa e diversificada agricultura familiar do território. A ação articulada desses três STRs criou as condições políticas para o surgimento do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema.

A construção social do território

O avanço da proposta de desenvolvimento local e a constituição das redes de inovação nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca foram aos poucos se irradiando e despertando o interesse de sindicatos e de outras organizações de agricultores dos demais municípios do agreste paraibano. As experiências bem-sucedidas no campo da gestão dos recursos hídricos e do manejo de estoques coletivos de sementes realizadas nesses municípios foram ganhando visibilidade, justamente por assegurarem aos sistemas produtivos familiares maior estabilidade e capacidade de resistência em conjunturas adversas, a exemplo do período prolongado da seca vivido entre 1998 e 1999.

Esse fato motivou os sindicatos da região, então associados ao espaço de articulação preexistente – o Polo Sindical da Borborema¹ –, a mobilizarem suas bases nas comunidades para divulgar as experiências em Agroecologia. Dessa forma, o Polo da Borborema passou a se consolidar não só como um ator demandador de políticas públicas específicas, mas fundamentalmente como espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno à construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da Agroecologia.

As bases desse projeto foram estabelecidas no início dos anos 2000, a partir da decisão de que o Polo formularia e implementaria uma estratégia de promoção de desenvolvimento regional assentada em um programa de formação estruturado em dois eixos: o primeiro tendo como objeto os temas relacionados à inovação agroecológica, enquanto o segundo, com foco nas políticas públicas, seria orientado para extrair ensinamentos das experiências inovadoras em curso na região para formular e defender propostas de políticas voltadas à fortalecer a autonomia técnica, a eficiência econômica e a sustentabilidade ambiental da agricultura familiar.

No decorrer dos últimos anos, uma intensa dinâmica social de experimentação de inovações foi se disseminando por meio de um processo de aprendizagem coletiva fundado na revalorização dos conhecimentos sobre o manejo dos agroecossistemas locais que são de domínio das famílias agricultoras. Sob um olhar analítico referenciado nos princípios da Agroecologia, um movimento sistemático de leitura da realidade local foi mobilizando um amplo acervo de saberes e abrindo caminho para a busca de novos conhecimentos, atualizando estratégias inovação dirigidas à superação dos obstáculos técnicos, econômicos e sócio-organizativos vivenciados pela agricultura familiar da região.

Alimentados pela realização dos sucessivos diagnósticos e pela promoção de incontáveis intercâmbios de experiências, os processos de inovação e experimentação agroecológica adquiriram um ritmo acelerado de expansão social e geográfica pelo território.

Alguns dispositivos de ação coletiva foram acionados e/ou construídos pela atuação do Polo da Borborema, gerando efeitos que se irradiam em vários sentidos pelo território. Uma rede de 82 bancos de sementes comunitários, por exemplo, mobiliza milhares de famílias camponesas para o uso e a conservação das variedades locais cultivadas em sistemas consorciados, enquanto uma intensa dinâmica de mutirões para a construção de milhares de pequenas infraestruturas voltadas à captação e ao armazenamento de água vem dando lugar a uma densa malha hídrica, conferindo níveis crescentes de segurança hídrica e de produtividade aos sistemas de produção. Há também uma rede de viveiros municipais, comunitários e familiares que subsidia as práticas de recomposição do estrato arbóreo, contribuindo para restau-

rar a paisagem e ampliar os serviços ambientais e econômicos das árvores nos sistemas de produção. Já a circulação de 15 máquinas motoensiladeiras pelos municípios da região ao fim do ciclo chuvoso e a promoção de mutirões para estocar forragem para os rebanhos conferem maior disponibilidade de alimentos de boa qualidade para os rebanhos nos períodos secos do ano. Ocorre ainda um processo de revitalização de centenas de quintais apoiados por fundos rotativos solidários e dirigidos à diversificação e à reestruturação produtiva dos arredores das casas (pomares, hortas de plantas alimentícias e medicinais e pequenos criatórios). Além disso, a articulação de uma rede de oito feiras agroecológicas vem gerando novas oportunidades de acesso aos mercados para a agricultura familiar da região. Com o passar do tempo, o Polo também desenvolveu um modelo próprio de gestão, organizando comissões temáticas que assumiram responsabilidades de conceber, executar e monitorar os trabalhos de experimentação, segundo recortes específicos.

Esse processo de construção social e política do *Território Agroecológico do Polo da Borborema* é fruto de um esforço de compartilhamento e consolidação de uma identidade coletiva, forjada na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para a região que tem como base um movimento social de experimentação protagonizado pelos(as) próprios(as) agricultores(as). A organização e a gestão desses dispositivos coletivos só se fizeram possíveis pelo estabelecimento de uma rede local de agricultoras e agricultores-experimentadores capazes

¹ Em 1994, sete STRs da região da Borborema se organizaram para reivindicar da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) uma comercialização mais justa e em torno à luta previdenciária.

Figura 2 – Linha do tempo de diagnósticos realizados no Território do Polo da Borborema

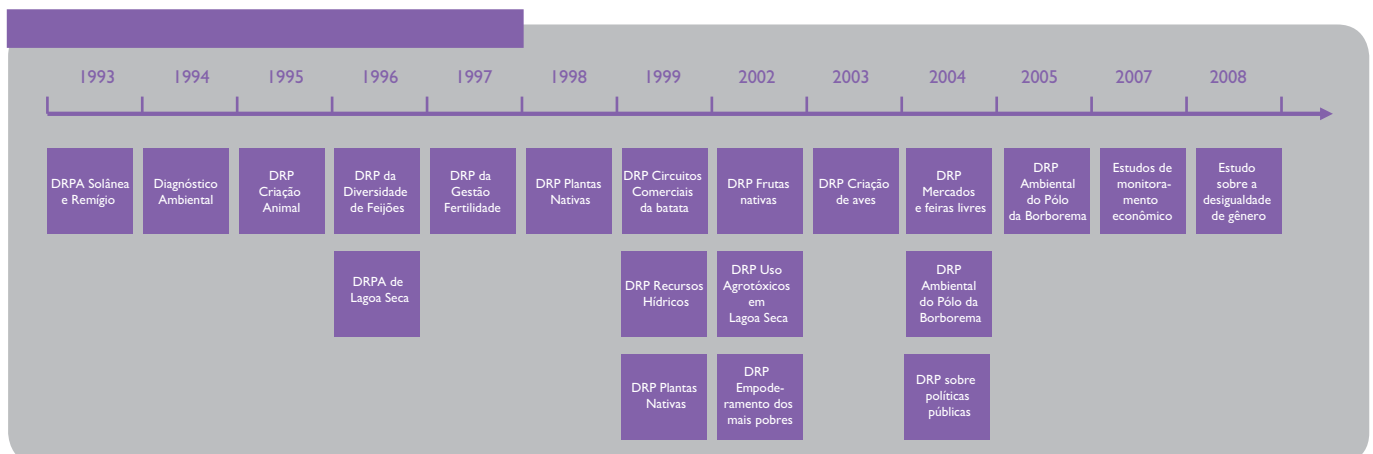




Foto: Luciano Silveira

Mobilização de agricultores do Polo da Borborema para reivindicar a finalização da obra do banco-mãe de sementes do território

de fomentar permanentemente processos de inovação agroecológica, conferindo dessa maneira um novo papel aos agricultores, às organizações da agricultura familiar e à própria assessoria. Nessa construção, cabe ainda destacar a participação protagonista das mulheres, tanto nas atividades de experimentação agroecológica quanto na atuação política junto às organizações da agricultura familiar.

Os grandes eventos de formação, por sua vez, constituem os espaços onde são apontados, analisados e discutidos os avanços na geração de renda, na revitalização da vida comunitária e cultural, no plano do bem-estar e no fortalecimento da autoestima. É com base nesses indicadores que agricultoras e agricultores conseguem construir referências críticas ao modelo padronizador e gerador de dependência da Revolução Verde. E são todos esses fatores, atividades e dispositivos coletivos que fazem com que o Polo venha se afirmando na região como um ator político capaz de defender e influir na promoção de um padrão de desenvolvimento alternativo centrado na ampliação e consolidação da agricultura familiar camponesa.

Influência sobre as políticas de desenvolvimento territorial

A partir de 2003, com a implementação do Programa dos Territórios Rurais de Identidade – política de desenvolvimento territorial da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) –, constituiu-se formalmente o Território da Borborema. No entanto, cumpre ressaltar que uma das condições fundamentais para a criação desse território foi justamente a existência prévia de uma articulação regional, o *Território Agroecológico do Polo da Borborema*, caracterizado por forte presença da sociedade civil com grande capacidade de ação coletiva e de ini-

ciativas locais, influenciando significativamente a estruturação institucional e a dinâmica posterior do Território da Borborema no âmbito do programa da SDT/MDA.

Nesse momento, pode-se identificar uma feliz coincidência entre as conjunturas local e nacional favorecendo com que o conjunto de políticas do Governo Federal voltadas para a promoção da agricultura familiar encontrasse um ambiente fértil para sua implementação. Além disso, o espaço aberto pela política de desenvolvimento territorial possibilitou que o projeto em construção do Polo ganhasse maior visibilidade entre um conjunto mais amplo de atores e instituições públicas e privadas², fazendo do Território da Borborema uma arena privilegiada de expressão e disputa de projetos para o desenvolvimento rural.

Em que pese a grande diversidade de interesses dos atores participando do Fórum de Desenvolvimento do Território, a força sociopolítica e propositiva construída na região tem sido capaz de promover níveis crescentes de convergência em torno a um projeto para o desenvolvimento territorial assentado no fortalecimento da agricultura familiar e da Agroecologia. Os processos sociopolíticos em construção pelo Polo têm se mostrado suficientemente consistentes para que as organizações da agricultura familiar não sejam cooptadas pelos fortes atrativos de uma política governamental que se propõe a alocar recursos vultosos no território. Ao contrário, como ator atuante, o Polo vem favorecendo o estreitamento das interações entre a sociedade civil e o Estado na construção das políticas mais adaptadas à região.

A partir desses atributos, o Polo vem sendo capaz de elaborar proposições concretas para mobilizar recursos de

² Prefeituras, conselhos municipais, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Incra, Emater, Fórum dos Assentados, ONGs, etc.



Foto: Arquivo AS-PTA

Mutirão para armazenamento de forragem utilizando a máquina motoensiladeira, fruto da conquista de um projeto dentro do Fórum do Território da Borborema

políticas públicas, fazendo-as convergir para o fortalecimento dos processos de inovação por ele impulsionados. Entre eles, destacam-se o Programa Um Milhão de Cisternas para Provisão de Água para Consumo Humano (PIMC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas para Acesso e Manejo de Água para a Produção de Alimentos (PI+2). Também vem sendo conduzida mais de uma dezena de projetos junto ao Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (PAA/Conab) para o abastecimento dos bancos de sementes por meio da compra de variedades locais e de sementes forrageiras, além da aquisição de grãos para a produção de multimistura – suplemento alimentar para crianças e gestantes – e a compra de alimentos agroecológicos para abastecimento de escolas e creches. Ainda no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Territorial, o Polo exerce grande influência na formulação e implementação dos Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTRS), mobilizando recursos do Pronaf Infraestrutura para a expansão das feiras agroecológicas, para a ampliação do número de máquinas motoensiladeiras e para a constituição e viabilização de infraestrutura do Banco Mãe de Sementes.

No curso desse processo na região, observa-se ainda que a crescente visibilidade das ações protagonizadas pelo Polo vem influenciando positivamente sua interação direta ou indireta com diferentes instituições públicas e privadas que atuam no campo do desenvolvimento rural. Não é raro ver agricultores, agricultoras e seus filhos cursando o nível médio da Escola Agrícola da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus Lagoa Seca. A participação qualificada dos mesmos, aliás, exerceu influência importante na criação do curso de graduação em Agroecologia nessa instituição. Também foram realizadas inúmeras iniciativas de pesquisa e extensão em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus Bananeiras, mobilizando estagiários desde o início das ações do projeto, em 1994, e estreitando relações com diversos professores. Essa maior interação contribuiu para que a instituição decidisse constituir o Curso de Especialização em Agroecologia, em 2008, e estruturar o curso de graduação em Agroecologia, que terá início em 2010.

Vários projetos de pesquisa da Embrapa em torno da produção de algodão agroecológico e da estocagem de for-

ragem na região³ foram se estruturando por iniciativa de pesquisadores que vinham interagindo com os processos de inovação agroecológica do Polo. Também integra esse cenário a fundação de novas ONGs no Território da Borborema, como a Associação de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Aprodes) e a Arribaçã, a partir da iniciativa de técnicos e pesquisadores formados no contexto das dinâmicas sociais de inovação agroecológica no próprio território.

Também são várias as iniciativas de Educação do Campo no território que vêm se valendo dos aprendizados e conhecimentos técnicos e metodológicos acumulados na região. Os materiais pedagógicos produzidos pela parceria entre a AS-PTA e o Polo da Borborema têm sido bastante reconhecidos e utilizados para as atividades educativas de vários programas educacionais.⁴ Em decorrência dessa conjuntura, está em curso um processo de constituição de novos espaços de negociação voltados para o fortalecimento das relações de parceria com as instituições de ensino e pesquisa, proporcionando uma maior interação entre professores e pesquisadores com as redes de agricultoras e agricultores experimentadores constituídas a partir da mobilização e articulação do Polo. A Rede de Construção do Conhecimento Agroecológico do Território da Borborema e a Rede de Educação do Campo vêm se estruturando exatamente no sentido de fortalecer e dar caráter sistemático às articulações interinstitucionais voltadas à promoção de um ambiente favorável ao diálogo de saberes referenciado na realidade concreta dos agroecossistemas do território.

Construção e defesa do território camponês

Embora a trajetória evolutiva do Polo na defesa da agricultura familiar camponesa demonstre avanços significativos em vários planos, ela não se faz sem encontros permanentes com atores sociais que defendem a expansão do modelo agrícola baseado na lógica empresarial de gestão dos agroecossistemas. Nesse sentido, o Território da Borborema configura-se como um espaço de disputa de modelos, no qual as redes de inovação agroecológica emergem como expressões de resistência ao modelo hegemônico referenciado no paradigma técnico-científico da Revolução Verde.

Programas públicos que negam e desqualificam a agrobiodiversidade por meio da distribuição em larga escala de sementes de poucas variedades *melhoradas* deparam-se com um movimento de resgate e revalorização das sementes locais, *as sementes da paixão*. Já os programas públicos de financiamento dirigidos ao monocultivo e à especialização produtiva são contrapostos pelas estratégias de diversificação produtiva e pela intensificação dos policultivos nos roçados tradicionais. Da mesma forma, o uso dos agrotóxicos difundido como *úni-*

³ Cultivo Orgânico do Algodoeiro Arbóreo: suplantando limitações e aprimorando potencialidades – Embrapa/Finep; Sistema de Produção Agroecológica do Algodoeiro para o estado da Paraíba; Macroprograma 3 da Embrapa; Pesquisa UFPB e Embrapa – Produção de Algodão Agroecológico.

⁴ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em suas modalidades Pronera Alfabetização e Pronera Formação, consiste na formação de agricultores(as) e jovens, sendo conduzido pelo MST em parceria com universidades federais e estaduais. Há também o Pró-jovem Campo (Saberes da Terra), a Escola de Alfabetização de Adultos da CUT e a Formação de Profissionais de Educação de escolas rurais conduzida pela ONG Arribaçã.

co recurso para viabilizar a produção é condenado coletivamente devido aos seus elevados custos sociais, econômicos e ambientais, além de ser confrontado com um rico acervo de inovações na área de manejo ecológico de populações de insetos-praga e de microrganismos fitopatogênicos.

Os programas de recursos hídricos fundamentados na noção de combate à seca e na construção de grandes obras hidráulicas são desafiados pelos impactos das estratégias de descentralização da oferta de água por meio da construção de uma malha de pequenas infraestruturas que se capilariza, promovendo a segurança hídrica nas comunidades e propriedades rurais. O modelo técnico difusionista, baseado na lógica da transferência de tecnologias, é questionado pela rede de agricultores(as) experimentadores(as) que busca revitalizar a inovação local como dispositivo social para a construção e a socialização de conhecimentos técnicos. Na contramão das práticas clientelistas que enfraquecem as capacidades de auto-organização comunitária, estão sendo conduzidas experiências inovadoras de gestão de bancos de sementes comunitários, fundos rotativos solidários, mutirões, etc., todas fundadas nas tradicionais relações de reciprocidade e no princípio da solidariedade. Em oposição à consolidação de cadeias longas de comercialização, a diversificação da produção e os igualmente diversificados espaços de comercialização vêm permitindo que as famílias construam estratégias próprias de escoamento de seus produtos dentro do território.

A todo o momento as lutas se renovam. Em 2009, preocupado com o avanço da fumicultura na região pelas mãos da Empresa Souza Cruz o Fórum do Território da Borborema promoveu um seminário com a participação de agricultores, assessores de ONGs, pesquisadores e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa foi uma excelente oportunidade para que fossem explicitadas as distintas lógicas de estruturação dos agroecossistemas de base familiar por meio do debate sobre os resultados de estudos comparativos sobre os sistemas de produtores que ingressaram na fumicultura e de sistemas de famílias que optaram por reforçar sua natureza camponesa por meio da transição agroecológica. Entre outros aspectos, os estudos comparativos deixaram claro que os sistemas fumicultores possuem altos custos de produção, baixa capacidade de autoabastecimento das famílias, implicam em elevada carga de trabalho, além de elevados riscos à saúde.

Em 2010 a chegada de uma praga quarentenária, a mosca-negra-do-citrus (*Aleurocanthus woglumi* Ashby) na região do Brejo estabelece um novo palco de disputa: de um lado, o Governo do Estado da Paraíba que distribui elevadas quantidades de inseticidas e, de outro, os agricultores e agricultoras do Polo, assessores e pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba que demonstram na prática que o controle biológico

é o meio mais efetivo para a convivência com o inseto e para assegurar os ganhos ambientais e econômicos já atingidos com a transição agroecológica na região.

Assim, ao vincular a experimentação agroecológica aos processos de formulação de proposições de políticas públicas, o Polo da Borborema ancora sua ação de disputa pelo território numa rede social extensa que articula um número crescente de agricultores, homens e mulheres, adultos e jovens. O processo em curso na região define nitidamente um novo ciclo de recampesinização: aumento quantitativo do número de famílias camponesas que conquistaram a terra e um aumento significativo de famílias assentadas. Mas a recampesinização também se expressa em termos qualitativos, ou seja, na reconstrução da natureza camponesa da agricultura familiar da região por meio da disseminação de um processo social que busca a construção de crescentes níveis de autonomia técnica, econômica, política e cultural.

Luciano Marçal da Silveira

coordenador do Projeto Local do Agreste da Paraíba
luciano@aspta.org.br

Adriana Galvão Freire

assessora técnica da AS-PTA
adriana@aspta.org.br

Paulo César O. Diniz

professor da Universidade Federal Rural
de Pernambuco (UFRPE)
p.diniz@uol.com.br

Referências bibliográficas

- DELGADO, Nelson Giordano; ZIMMERMANN, Silvia. **Gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto das novas institucionalidades**. IICA/OPPA/CPDA, 2008.
- DINIZ, Paulo Cesar O. **Da Experimentação Social ao "Experimentalismo Institucional"**. Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: experiências no semiárido. 2007. 230 f. Tese (Doutorado) – CH-UFCG/UFPB-CCHLA/PPGS, Campina Grande.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: EDUFPB, 1997.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 6, Número Especial, p. 17-32, Out. 2009.
- SILVEIRA, L.; VICTOR, R.; ANACLETO, N. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 10-14, Jul. 2007.



Feira
Agroecológica
e Solidária



Tecendo a rede e construindo dinâmicas territoriais em Itapipoca

Maria Valdênia Santos de Souza

*Terra dos três climas, de verdes montanhas
[na revelação,
Eu sinto a pureza, da mãe natureza, a doce canção!
Se faz necessário nós sermos atentos ao que ela é:
Terra de esperança, de brisa e ar quente,
[sagrado mister!
Teus rios e cascatas, mocambos e recantos
[demonstram vitória!
O verde do campo, o azul do céu na sua amplidão
Retratam a beleza da tua grandeza no vasto sertão!
Nazaré Flor*

Foi nessa terra que nasceu a Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) do Território de Itapipoca. Uma articulação constituída por homens e mulheres que têm buscado, ao longo de quase cinco anos, fortalecer a agricultura familiar por meio da Agroecologia. Uma organização que se insere na dinâmica do Território dos Vales do Curu e Aracatiçu com possibilidades e disposição para influenciar mudanças de comportamentos (nas áreas de produção, comercialização e consumo) e processos de construção de políticas públicas que atendam às demandas da agricultura familiar sob vários aspectos, tais como assistência técnica, acesso ao crédito, formação, educação, dentre outros.

A descrição do ambiente

O Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiçu está situado no norte do estado do Ceará e apresenta peculiaridades e especificidades de uma região caracterizada por ecossistemas de serra, litoral e sertão. Essa diversidade é um elemento que se incorpora à identidade do território, que tem 62% dos municípios inseridos no semiárido legal e que se integram em termos religiosos, comerciais, culturais e tantos outros.

A noção de identidade está presente nesse território desde antes das discussões e incidência de políticas públicas desencadeadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Pode-se dizer que ela se impulsionou a partir de 1971, ano da instalação da Diocese de Itapipoca que, desmembrada da Arquidiocese de Fortaleza e da Diocese de Sobral, agregou os municípios de Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama. A partir daí, a ação pastoral e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) contribuíram para a construção de uma unidade territorial baseada na religiosidade, mas também na cultura e nas lutas comuns, mantendo o município de Itapipoca (sede da Diocese) como centro de

Ao lado: Feira Agroecológica e Solidária de Trairi

encontro e referência para o comércio, trocas e debates políticos de uma região que passou a ser reconhecida como Região de Influência de Itapipoca (Rimi).

A relação já constituída entre os municípios foi ainda mais intensificada – especialmente entre agricultores e agricultoras familiares – quando da criação das regionais da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), no ano de 1994. Desde então, houve não apenas o reconhecimento da unidade das organizações, como o fortalecimento dos laços e acúmulos políticos da região. A Fetraece reuniu primeiramente 13 municípios. Por decisão dos sindicatos rurais, posteriormente, foi adotada a mesma regionalização trabalhada pela Igreja Católica, facilitando a articulação entre as organizações e os movimentos constituídos.

O Território dos Vales do Curu e Aracatiçu, anteriormente denominado de Território de Itapipoca, tem uma extensão de 12.143,70 km² e uma população total de 482.564 habitantes, da qual 49,40% reside na área que o IBGE (2007) conveniona chamar de zona rural. Nesse espaço geográfico existem 26.644 estabelecimentos rurais, correspondendo a uma área de 711.221 hectares que abriga 30.701 agricultores(as) familiares.¹ O território possui 64 assentamentos rurais federais e 44 estaduais, com 3.479 e 703 famílias², respectivamente, que atualmente contam com assistência técnica tanto de órgãos oficiais, como de empresas ou ONGs. Dito isso, percebe-se que há diferentes formas de abordagens e metodologias sendo utilizadas nos processos de trabalho, que vão desde a reafirmação da lógica de transferência de tecnologias até a busca da construção do conhecimento agroecológico. Essa mescla de características e atores tão distintos confere ao território uma condição particular, que a um só tempo cria oportunidades e impõe desafios à sociedade civil e aos poderes públicos.

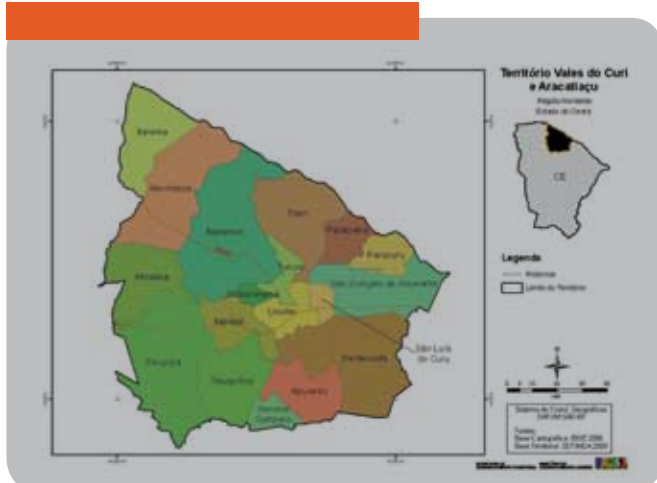
Do ponto de vista econômico, por exemplo, o Território dos Vales do Curu e Aracatiçu foi um dos primeiros a ter instalação de agroindústrias e perímetros irrigados para a produção de cana-de-açúcar e coco, chegando a alcançar picos de produção de cana para a exportação, a partir de investimentos públicos³ e privados. Entretanto, todo esse investimento e ganhos financeiros acarretaram outras mudanças não tão bem quistas pelas comunidades rurais, como vemos no depoimento a seguir:

¹ Dados obtidos na página <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>

² Fonte MDA-Incra

³ Após o golpe de 1964, foi criada a Companhia Agroindústria do Vale do Curu (Agrova), com o apoio do Instituto de Açúcar e do Alcool e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Houve, ainda, a partir do final da década de 1970, o apoio da Sudene para a instalação de agroindústrias para o cultivo do coco em larga escala.

Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiçu



Com a cana-de-açúcar, as alterações ambientais e sociais foram mais profundas. Surgiu uma nova forma de incorporação ao capital: a industrialização da agricultura, que se caracterizou pela passagem da fazenda à empresa e pela negação da vida sertaneja (...). A monocultura, aliada ao uso de tecnologias exigentes de capital e de insumos de origem industrial, mudou a fisionomia da caatinga. Um canal irrigado de cinco mil hectares substituiu as matas nativas, carnaubais, oiticicas, capoeiras e pastos.

(MARTINS, 2008, p. 175)

Essa empreitada, que ocorreu entre 1964 e 1997, foi de encontro às culturas locais e afetou diretamente as paisagens, os recursos hídricos, as formas de produção e reprodução das famílias agricultoras e de indígenas do povo Tremembé que ainda habita áreas dos municípios de Itarema e Itapipoca.

Além disso, a ocupação dessas áreas provocou um acirramento de tensões entre trabalhadores(as) rurais e empresários, culminando em conflitos que resultaram em mortes de agricultores na defesa legítima do direito à terra. Vale destacar que, na década de 1980, a ação proativa de membros da Igreja e de leigos(as) foi decisiva no processo de luta pela terra.

O pior de toda a luta foi em 1983. Nós arriscamos muito a vida para defender a causa (...). E aí era polícia todo dia na nossa porta. Teve prisão das criaturas daqui (...). Aí, ameaçaram nós de morte, ameaçaram até matar a mamãe porque tinha muita reunião aqui. A gente passou bem uns três meses sem poder dormir (...). Eles apagavam a luz e ficavam atirando por cima da casa (...). Foi um dia, em que só tinha mulher reunida dentro de casa, que veio até trator para derrubar a casa. Aí nós saímos para enfrentar. Quando a gente chegou no terreiro, eles recuaram.

(Luiza Severiano, da Comunidade Salgado, Assentamento Várzea do Mundau, Trairi/CE)⁴

Naquele período, iniciou-se o trabalho do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra),

⁴ Depoimento extraído do livro *Terra feita de gente: uma história de emancipação social no Ceará*, 2006, pp. 257-258.

que então atuava prestando assessoria jurídica para o acesso à terra e realizando ações voltadas à organização social em parceria com a Igreja Católica, pastorais sociais e movimento sindical rural.

Atualmente, há uma presença ainda forte da fruticultura irrigada voltada à exportação. Já a piscicultura, a caprinocultura e a apicultura se apresentam como atividades em ascensão, enquanto o artesanato, principalmente nas tipologias palha e renda de bilro, continua representativo da tradição cultural do território. Entretanto, projetos associados à especulação imobiliária, que gozam do apoio do poder público com o argumento do desenvolvimento econômico da região vêm provocando maiores tensões e fizeram revigorar, a partir de 2002, a luta pela terra, tendo em vista a instalação de empreendimentos turísticos no litoral por grupos empresariais estrangeiros. A iniciativa do Grupo Nova Atlântica, por exemplo, que prevê a construção de uma cidade turística na praia da Baleia, localizada a 200 km de Fortaleza, atinge uma área da reserva indígena Tremembé, na comunidade de São José e Buriti. Ainda merece destaque o conflito entre o Assentamento Maceió e o projeto Praia do Pirata, cuja instalação ameaça o uso e a ocupação das terras daquela área pelas famílias assentadas.

Nesse contexto de disputa, em torno à própria noção de desenvolvimento territorial, foi criada a Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) e Solidários(as), cuja legitimidade vem se firmando por meio de ações que objetivam fortalecer a agricultura familiar, estimular a troca de saberes e as interações estabelecidas entre habitantes do meio rural, as políticas públicas e os canais de comercialização solidária.

A constituição da rede

No ano de 2005, um grupo de 54 agricultores e agricultoras dos municípios de Itapipoca, Trairi, Tururu, Irauçuba, Apuiarés e Amontada participou de um processo de formação em Agroecologia promovido pelo Cetra, com o apoio financeiro da organização internacional Manos Unidas. Além do Cetra, sindicatos de trabalhadores(as) rurais (STRs) e organizações parceiras contribuíram para incentivar a participação de agricultores e agricultoras no curso.

Foram trabalhados de maneira articulada aspectos teóricos e práticos relativos à construção do conhecimento agroecológico, tendo como elemento fundamental a história de vida de cada agricultor e agricultora participante. Os depoimentos dos(as) agricultores(as) sobre suas vivências enriqueceram os debates, contribuindo de maneira decisiva

para a rápida compreensão/apreensão coletiva das práticas de manejo, das relações familiares e comunitárias, das lutas pela efetivação da reforma agrária e do valor dos costumes de cada canto do território.

A programação do curso contemplou visitas de intercâmbio que permitiram ao grupo reconhecer a importância não apenas da experimentação, da diversificação e da criatividade para a melhoria das áreas, mas também dos conhecimentos detidos por outros(as) agricultores(as), que muitas vezes se traduziam em técnicas mais adequadas para o enfrentamento de situações comuns a todos(as). Dessa forma, as visitas de intercâmbio evidenciaram o valor das trocas de conhecimentos dos(as) agricultores(as) entre si, bem como entre estes(as) e os(as) técnicos(as), alimentando relações mais respeitadas, autônomas e positivas entre todos os sujeitos do processo.

A riqueza dessa atividade de formação pode ser verificada pela consistência das intervenções dos(as) participantes e das relações estabelecidas entre os(as) mesmos(as), que, ao final do curso, em dezembro de 2005, decidiram criar a Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca. Desde então, a feira se constitui numa espécie de extensão da atividade de formação, proporcionando a oportunidade para encontros, trocas de informações e ampliação do alcance da rede, com a incorporação gradativa de novos(as) participantes. A feira também permitiu a aproximação dos segmentos envolvidos, fazendo com que a produção dos quintais e dos roçados chegasse à mesa do povo da cidade pela mão dos(as) próprios(as) agricultores(as). Criou-se, assim, a oportunidade para o estabelecimento de relações de proximidade e confiança entre quem produz e quem consome de maneira responsável. Agricultores e agricultoras passaram a desen-



Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca



Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca

volver estratégias de comercialização que se baseavam em planejamentos coletivos sobre o que levar para a feira, em que condições e em que quantidade, reforçando as ligações de grupo e considerando sugestões de consumidores(as). Com a participação na feira, os(as) agricultores(as) aumentaram seu poder de compra e expandiram o leque de consumo familiar, acessando diferentes bens e produtos ao mesmo tempo em que se ampliava a circulação de informações sobre a produção agroecológica.

Não obstante, já no primeiro ano da Feira Agroecológica e Solidária, os encontros mensais se mostraram insuficientes para dar conta das discussões sobre as estratégias de comercialização e das novas exigências que gradativamente o grupo de feirantes estabelecia. Os diálogos sobre transição agroecológica, incorporando novas informações e questionamentos, ampliados pela articulação com os(as) consumidores(as) e pelas necessidades decorrentes do processo de comercialização, encaminharam o grupo para uma outra fase, que exigia maior organização e aprofundamento dos conhecimentos.

A partir dessa compreensão, em maio de 2006, o grupo criou a Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) do Território de Itapipoca, composta por agricultores e agricultoras que participaram dos processos de formação de multiplicadores(as) em Agroecologia iniciados em 2005.

A rede permitiu a superação de dificuldades práticas – como o manejo em áreas de pouca incidência de chuvas, ausência de tecnologias adequadas às características locais e elaboração e acesso a projetos produtivos –, mas também ensejou o fortalecimento do debate político sobre a Agroecologia e a socioeconomia solidária no território. A apropriação do conhecimento pelos(as) agricultores(as) e a articulação destes(as) em rede fizeram com que as dificuldades particulares tomassem uma dimensão coletiva e, ainda, que o espaço de busca de alternativas se mantivesse-

se dentro do próprio território. É dessa forma que se expressa a função estratégica da existência de uma rede, que, ao atingir um maior grau de organização e de capacidade de intervenção em espaços de definição de políticas públicas, pode contribuir para a modificação de posturas relativas à agricultura familiar, seja no aspecto da assistência técnica, da comercialização, da política de crédito ou da formação.

A situação atual

As reuniões da rede acontecem a cada três meses⁵ e delas participam, além dos(as) feirantes, outros(as) agricultores(as) multiplicadores(as) em Agroecologia, técnicos(as) de organizações de apoio e lideranças sindicais. Na ocasião, discutem assuntos de interesse da agricultura familiar e buscam aprofundar temas e questões que tenham interface com os princípios, valores e objetivos da rede, os quais foram definidos coletivamente e estão registrados em carta de princípios desde agosto de 2006.

Como bem se denomina, a rede é uma articulação de agricultores e agricultoras, embora técnicos(as) de ONGs e movimentos sociais também participem de sua formação e do desenvolvimento de suas ações. Entretanto, não houve na constituição da rede ou na sua dinâmica cotidiana o envolvimento de organizações oficiais de ensino, pesquisa e extensão, o que faz com que o grupo busque a ampliação das articulações no campo institucional. Uma das estratégias nesse sentido é a participação no Conselho de Desenvolvimento Territorial (CDT).

O CDT é uma estrutura criada para dinamizar as políticas de desenvolvimento territorial, mediante a articulação dos mais variados atores. De composição diversa, o conselho agrega órgãos públicos, ligados aos governos federal, estadu-

al e municipal, movimentos sociais, organizações populares, instituições de apoio e fomento, universidades, entre outros, resultando em um rico espaço de interação interinstitucional e multiatores. A Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) começou a participar das atividades do CDT em 2009 e, como resultado, percebeu-se a ampliação de sua visibilidade, bem como o fortalecimento de sua intervenção política. Enfim, pode-se dizer que, com a inserção no conselho, o grupo de agricultores(as) da rede ganhou mais autoconfiança enquanto sujeito que pode influenciar na elaboração de políticas públicas territoriais, por dentro das estruturas coletivas já consolidadas e formalmente instituídas, ampliando, assim, o trabalho desenvolvido pela rede e os avanços obtidos.

Desses resultados, merecem destaque aqueles que evidenciam o engajamento da rede na construção de *um novo olhar e novos fazeres* da agricultura familiar no território, como as Feiras Agroecológicas e Solidárias e os Encontros Territoriais de Agroecologia e Socioeconomia Solidária (ETAs).

A rede é responsável pela organização das Feiras Agroecológicas e Solidárias que atualmente são realizadas quinzenalmente nos municípios de Itapipoca e Trairi. Em Itapipoca, a feira já tem quatro anos e conta com a participação direta⁶ de 18 agricultores(as). Em Trairi, a feira tem apenas seis meses e dela participam diretamente 17 feirantes. Nas feiras, não ocorre apenas a comercialização dos produtos agroecológicos, mas também a troca solidária, o resgate cultural – comidas, músicas, sementes –, a conversa sobre o consumo consciente e a segurança alimentar. Elas configuram, portanto, um espaço de partilha de *saberes e sabores*.

Para a realização dos ETAs, a rede estabeleceu uma articulação importante com o Fórum Microrregional pela Vida no Semiárido de Itapipoca, a partir da qual foram realizados quatro encontros (2006, 2007, 2008 e 2009). Atualmente, os ETAs fazem parte do calendário e da dinâmica do território como atividade de formação, articulação de grupos e outras organizações, diálogo com gestores das políticas públicas e efetiva troca de saberes entre agricultores(as). Os encontros possibilitam a manifestação das culturas local e regional, com a inter-relação das gerações e preservando a equidade da participação de mulheres e homens.

Outro aspecto a ser apontado na trajetória da rede é a prática da sistematização das experiências dos(as) agricultores(as), o que tem permitido que os processos de construção do conhecimento agroecológico se multipliquem nas comunidades do território. Nessa perspectiva, dentro dos

⁵ Os(as) feirantes permanecem com reuniões mensais, quando fazem visitas às unidades familiares dos(as) integrantes do grupo buscando aprofundar as trocas de conhecimentos e fortalecer as relações de parceria construídas ao longo do tempo.

⁶ É comum que um(a) feirante disponibilize para venda produtos de outros(as) agricultores(as) agroecológicos(as) residentes nas suas comunidades de origem, havendo, portanto, uma partilha dos resultados da comercialização nas comunidades. Esse gesto também é um demonstrativo da apropriação dos princípios e práticas da socioeconomia solidária pelo grupo.



Quintal agroecológico da Dona Graça Patrício - Tururu/CE



Mística de encerramento do IV Encontro Territorial de Agroecologia (IV ETA) realizada na praça central da Cidade de Itapipoca/CE

planejamentos anuais, a rede assume o compromisso de firmar parcerias para registrar as vivências de seus integrantes e a sua própria história, seja em boletins ou em outros meios. Dessa maneira, a sistematização da experiência da rede tem sido discutida com o conjunto de seus participantes, que descrevem a sua caminhada, sua influência na dinâmica do território e nos processos de transição nas áreas.

A constituição e a validação desse processo se deram a partir do envolvimento das pessoas, que passaram a adotar a prática da organização coletiva como mais uma rotina de suas vidas. Em suma, os(as) componentes do grupo participam e vivenciam a rede, e é justamente esse senso de pertencimento que lhe dá sentido e força. A gestão da rede é desenvolvida de forma colegia-

da, tendo uma coordenação geral e uma secretaria, cada uma composta por dois agricultores(as). Também possui três comissões – comunicação, formação e comercialização –, conduzidas por três ou quatro agricultores(as). Técnicos(as) não fazem parte da coordenação, mas participam das atividades da rede e colaboram nos processos de gestão, de formação, mobilização de recursos, além de promoverem atividades específicas de sua área, como assessoria técnica por meio do acompanhamento dos roçados e dos quintais agroecológicos.

A caminho de novos desafios

As condições peculiares do território alimentaram o processo de organização de grupos, associações, sindicatos e fórum, que resultaram numa articulação em rede. Esta, por sua vez, possibilitou a partilha de conhecimentos, a construção e o fortalecimento da identidade como agricultores(as) familiares agroecológicos(as). Como resultado, ocorre o aumento de áreas em transição para sistemas agroecológicos, a efetivação dos quintais como espaços produtivos e de encontro, o reconhecimento do trabalho das mulheres, a criação de feiras agroecológicas e a expansão do interesse dos(as) jovens para a continuidade dos estudos voltados para o campo, a troca de saberes e a articulação de agricultores(as) e organizações.

A articulação em rede agrega e incorpora novos significados ao trabalho dos(as) agricultores(as) familiares, permitindo avanços⁷ em vários campos e alcançando dimensões políticas, organizativas, de formação, dentre outras. No entanto, não se trata de um movimento linear constituído apenas por pontos positivos. Em que pesem os resultados obtidos, as dificuldades e os desafios estão presentes na realidade cotidiana da rede, que também vivencia momentos em que a participação se reduz, a produção nos quintais não atinge os níveis necessá-



Cortejo pelas ruas de Itapipoca/CE durante no IV Encontro Territorial de Agroecologia

rios para cumprir o planejamento das feiras ou os recursos para a manutenção das atividades oscilam. A sustentabilidade financeira, por sua vez, é um dos maiores desafios enfrentados pela rede, visto que a manutenção e a continuidade das atividades dependem ainda de projetos executados por organizações parceiras. Mesmo com a existência de um fundo rotativo mantido pelos(as) agricultores(as) da rede, o montante de recursos ainda é reduzido, sendo suficiente apenas para manter as barracas da feira ou fazer pequenas aquisições. Em face disso, o caráter temporário dos aportes proveniente dos projetos desperta a atenção do grupo para a temática da sustentabilidade e alerta para o risco de descontinuidade dos processos apoiados ou viabilizados pela rede.

Ainda assim, prevalece a certeza de que é por meio da organização comunitária que as pessoas se fortalecem, e os resultados obtidos pela Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) do Território de Itapipoca constituem importantes referenciais para seguir na caminhada, assumindo o desafio constante de contribuir para que as dinâmicas territoriais validem as experiências e demandas da agricultura familiar agroecológica.

⁷ Importa destacar que da Rede de Agricultores(as) nasceu uma organização similar – a Rede de Apicultores(as) do Território de Itapipoca. Articulação que reúne integrantes de 14 grupos de apicultura, dos quais oito deles comercializam junto à Conab no Programa de Aquisição de alimentos (PAA).

Maria Valdênia Santos de Souza
assistente social; coordenadora da Linha Temática de
Socioeconomia Solidária do Cetra
valdenia@cetra.org.br

Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense: um ator protagonista para o fortalecimento da agricultura familiar

Natal João Magnanti

O Território Serra Catarinense corresponde à área abrangida pela Associação de Municípios da Região Serrana de Santa Catarina (Amures). O modelo de desenvolvimento da região, fundado na concentração de terras, na exploração desenfreada da floresta de araucária, ocorrida nos anos 1960 e 1970, e na atual opção de ampliação da monocultura do *pinus*, coloca sérios desafios à reprodução social de parcela significativa da população, em especial aquela que vive no meio rural, particularmente a juventude. Além disso, a construção de grandes barragens na bacia do Rio Uruguai¹ provocou o reassentamento de milhares de famílias agricultoras dentro e fora do território, desagregando dezenas de comunidades rurais. Outra consequência indireta da inundação pelos lagos das barragens foi o inflacionamento do preço das terras, tornando inviável a aquisição de áreas com os valores preconizados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal.

¹ Na região existem três grandes barragens (Machadinho, Campos Novos e Barra Grande) e outras três já projetadas para os próximos anos.



Fotos: Arquivo Centro Vianei

Diversidade de alimentos agroecológicos produzidos pelas famílias agricultoras da Cooperativa Ecoserra, em Lages e preparados para serem enviados para o mercado atacadista em São Paulo

Numericamente, a agricultura familiar é amplamente majoritária no território: dos 16.673 estabelecimentos rurais, 82 % podem ser considerados unidades familiares de produção. De acordo com o Censo Agropecuário, 28,7% dos estabe-

lecimentos possuem menos de 10 hectares, totalizando 4.792 unidades (IBGE, 1996). Mesmo sendo expressiva em termos quantitativos, a agricultura familiar confronta-se com o precário acesso a políticas públicas, além de encontrar dificuldades para se integrar ao mercado convencional, de varejo e atacado, e se deparar com o contínuo aumento dos custos de produção. Diante dessas condições, essa parcela da população vem vivenciando crescentes níveis de descapitalização e empobrecimento.

Outro aspecto significativo desse contexto está no fato de que um número considerável de agricultores(as) familiares tem acesso restrito à terra. Os dados apontam que 21,1% dos estabelecimentos rurais da região são geridos por não proprietários (arrendatários, ocupantes e parceiros), perfazendo um total de 3.536 estabelecimentos que ocupam 7,9% das áreas do território. Em Cerro Negro, aproximadamente 1/3 dos estabelecimentos rurais são geridos por agricultores(as) não proprietários e 76 % da população vive com menos de um salário mínimo por mês.

A conjunção desses fatores explica por que é nesse território que se verificam os maiores índices de pobreza do estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) explicita bem essa situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre os municípios que apresentam os seis menores IDHs do estado, três estão na Serra Catarinense: Cerro Negro, Campo Belo do Sul e Bocaina do Sul.

A Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense

As origens das discussões e práticas da Agroecologia no Território Serra Catarinense confundem-se com a fundação do Centro Vianeí de Educação Popular, no início dos anos 1980. Nessa época, a discussão se fazia em torno do conceito de *tecnologias alternativas*, sendo articulada juntamente com a nascente Rede PTA Nacional e a Rede de Tecnologias Alternativas do Sul (TA Sul). Outro importante e decisivo estímulo para o trabalho com a Agroecologia foi dado pela Diocese de Lages e pelos movimentos sociais emergentes da região, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Sindical, Movimento de Mulheres Agricultoras e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Naquele momento, os temas que motivaram o interesse desses atores foram: manejo da agrobiodiversidade, em especial a temática de produção de sementes; educação popular; estímulo à formação e capacitação de atores sociais, em especial o movimento sindical combativo; manejo ecológico de solos; criação de cooperativas de crédito rural com interação solidária; e criação de Casas Familiares Rurais. Esse processo foi amadurecendo ao longo do tempo até culminar com a estruturação da Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense, que

está inserida na Rede Ecovida de Agroecologia, constituindo o Núcleo Planalto Serrano.

O núcleo é composto por grupos, associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, casas familiares rurais, atingidos por barragens e, como entidade de assessoria, o Centro Vianeí. Seu lócus principal é o Território Serra Catarinense, mas também possui membros de outros municípios. Ao todo são entidades de 18 municípios que interagem por intermédio da rede.

Os membros da rede mantêm uma dinâmica de reuniões periódicas com o objetivo central de discutir e promover o desenvolvimento sustentável e solidário do território, tendo como paradigma a expansão e a consolidação da Agroecologia. Já o Núcleo Planalto Serrano reúne-se para debater e encaminhar assuntos pertinentes aos interesses comuns das 33 entidades que integram tanto a Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense quanto a Rede Ecovida, entre eles: capacitação de seus quadros; elaboração de projetos conjuntos ou individuais; incidência política em conselhos, colegiados, consórcios e comissões; promoção de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) voltada para a produção agroecológica; dinamização da comercialização por meio de canais mais solidários; agroindustrialização e beneficiamento dos produtos de forma artesanal; avaliação de conformidade dos processos de produção; e agroindustrialização pela via da certificação participativa.

Embora a rede seja uma construção de 26 anos de trabalho, ao longo dos últimos cinco anos o núcleo vem assumindo um papel de aglutinador das organizações que promovem a Agroecologia em um espaço de discussão e elaboração permanente de ações conjuntas que demandam financiamento para as mais variadas atividades.

Os principais projetos de custeio, voltados para formação, capacitação e Ater, em andamento ou já executados pelas entidades da rede, são financiados pela cooperação internacional, por meio da Misereor, da Alemanha, pelas secretarias da Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), e do Fundo Nacional do

Meio Ambiente (FNMA). A tarefa de captação de recursos foi assumida ao longo do tempo pelo conjunto das entidades com o intuito de consolidar a Agroecologia e ampliar o protagonismo das organizações de base no território. Dessa forma, atualmente, associações, cooperativas, sindicatos e ONGs construíram capacidades próprias para captar e gerir recursos destinados à execução de projetos em rede.

Agroindustrialização artesanal

Nos últimos cinco anos foram realizados vários investimentos (públicos e por parte das organizações dos agricultores) voltados à estruturação de agroindústrias na região. Estão em processo de implantação ou já implantadas dez agroindústrias nas áreas de beneficiamento de cebola, em Bom Retiro; beneficiamento de grãos, em São José do Cerrito e Anita Garibaldi; processamento de óleo vegetal, pinhão, hortaliças, sucos e geleias, em Otacílio Costa; processamento de frutas, sucos, hortaliças e pinhão, em Urubici; panificação e massas, doces, geleias, sucos e pinhão, em São Joaquim; panificação Sabor da Roça, em Urubici; artesanato, em São Joaquim e Cerro Negro; processados, conservas e sucos, em Alfredo Wagner. Essas unidades são fundamentais para processar os produtos agroecológicos que não têm boa aparência para a comercialização *in natura*.

Outro fator decisivo para que esses investimentos fossem levados adiante foi a aprovação dos projetos do Pronaf Infraestrutura, por meio do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter). Aliada ao Programa da Aquisição de Alimentos (PAA), essa política de desenvolvimento territorial tem proporcionado algumas condições estruturais para a expansão da Agroecologia na região.

Ao longo dos últimos sete anos, as organizações que compõem a rede vêm se articulando para disputar recursos junto ao Codeter. Quando somados aos recursos das próprias famílias agricultoras e das contrapartidas das prefeituras municipais, esses investimentos do Governo Federal garantem as condições materiais para o emergente processo de agroindustrialização da produção agroecológica do

território. Nesse período foram destinados R\$ 1.044.444,00 a projetos de infraestrutura para agroindustrialização e comercialização em dez municípios. No entanto, essas condições dificilmente teriam sido viabilizadas sem que os membros da rede tivessem desenvolvido capacidades político-organizativas para a elaboração e a defesa de projetos. As reuniões e oficinas organizadas pela rede sempre estimularam a discussão e a elaboração conjunta de propostas e buscaram a construção de consensos acerca das posições a serem assumidas e defendidas frente ao colegiado. As atividades de formação e capacitação dos membros da rede têm sido decisivas para a qualificação dos projetos elaborados, bem como para o debate nos diferentes espaços oficiais de negociação de políticas públicas, como o Codeter.

Apesar dos avanços alcançados, é importante ressaltar que eles não teriam sido possíveis sem o exercício de *paciência histórica* por parte das entidades da sociedade civil, uma vez que os tempos da burocracia estatal não correspondem às necessidades e expectativas das organizações da agricultura familiar. Um exemplo notável dessa situação vem do fato de um projeto da rede aprovado desde 2006 só ter sido contratado em 2010 em função de obstáculos normativos.

Avaliação de conformidade

O debate sobre avaliação de conformidade da produção ecológica por meio do Sistema Participativo de Garantia se dá nas reuniões do núcleo. É nesse espaço que as entidades que integram a rede se reportam para solicitar os encaminhamentos necessários para as visitas da comissão de ética previstas no sistema. Cada município possui uma comissão de ética própria que, de maneira autônoma ou em conjunto com dirigentes ou técnicos das entidades da rede, realiza as visitas para a emissão do parecer de conformidade das propriedades. Após a visita e emitido o parecer, os requerentes podem fazer uso do selo da Rede Ecológica.

Em 2010, estão em processo de avaliação de conformidade 303 propriedades rurais e dez unidades de beneficiamento/agroindustrialização, em um trabalho que envolve diretamente 60 pessoas.

Figura 1 - Localização geográfica do território





Oficina sobre produção de mudas com um grupo de mulheres trabalhadoras rurais na comunidade de Umbu, município de Cerro Negro

Comercialização solidária

O acesso aos mercados é um tema central, uma vez que os grupos, associações e cooperativas da rede já produzem aproximadamente 60 diferentes tipos de alimentos *in natura* em escala comercial. Inicialmente as organizações dos(as) agricultores(as) agroecológicos(as) realizavam uma feira em Lages, mas com o crescimento da escala de produção foram surgindo feiras em outros municípios do território. Atualmente existem duas feiras semanais em Lages, duas quinzenais em Otacílio Costa, uma semanal em Campos Novos, São Joaquim, Anita Garibaldi, Bom Retiro, Curitiba, além da estruturação de uma feira semanal em Cerro Negro.

Outro circuito curto de comercialização que vem sendo valorizado pela rede são as entregas em domicílio. Adotada pelos grupos e associações nos municípios de Anita Garibaldi, Bom Retiro, Otacílio Costa, Urubici, Paineira, Urupema e São Joaquim, essa estratégia está intimamente ligada às feiras livres. Há também a iniciativa de grupos que recebem consumidores nas suas propriedades para a comercialização direta. Outro mecanismo praticado é o escambo, ou seja, a troca de produtos entre os membros do mesmo grupo ou associação, bem como entre grupos e associações de dentro ou de fora do núcleo da Serra Catarinense.

O acesso aos mercados institucionais fomentado pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem sido outra alternativa bastante praticada pelos grupos da rede. Em função do volume e da diversidade de produtos comercializados, esse sistema tem sido

determinante na indução de processos de transição agroecológica conduzidos por centenas de famílias. Por intermédio da Cooperativa Ecológica Ecoserra, entre 2004 e 2006, foram executados três projetos para venda de produtos de sistemas agroecológicos e em transição, que totalizaram um montante de R\$ 1,5 milhão. Em 2007 e 2008, foram aprovados e executados 11 projetos, totalizando R\$ 618.279,28 e beneficiando 202 famílias produtoras e 88 entidades assistenciais que fizeram esses alimentos chegarem a 22.502 famílias. Para o ciclo de 2009 a 2010, foram elaborados e aprovados 14 projetos municipais de compra antecipada com doação simultânea que perfazem o montante de R\$ 1.004.496,10, envolvendo 287 famílias agricultoras e 122 entidades assistenciais, que estimam beneficiar 37.228 pessoas.

Outra modalidade de PAA já experimentada pelas entidades da rede refere-se à linha de Formação de Estoque (MDA/Conab), por meio da qual a Associação da Comunidade Rural Organizada de Santo Antônio dos Pinhos, do município de São José do Cerrito, operou um projeto no valor de R\$ 30 mil em 2005, enquanto a Cooperativa Ecoserra operou um projeto no valor de R\$ 80.500,00 para formação de estoque de sementes de milho e um projeto de formação de estoque de feijão no valor de R\$ 109.440,00, ambos em 2008. Em 2009, foram elaborados projetos de formação de estoque para feijão e pinhão perfazendo um valor de R\$ 253.000,00 que beneficiarão diretamente 32 agricultores(as) familiares da rede.

Em 2007, um projeto de PAA proporcionou a aquisição de sete variedades de sementes de milho crioulo produzidas por doze famílias para que fossem doadas a 443 famílias. Um projeto similar está sendo elaborado com o intuito de doar



Oficina para troca de conhecimentos na propriedade do Fabiano de Andrade na comunidade de Invernadinha

40 mil mudas de espécies florestais e frutíferas nativas para recompor a Reserva Legal de propriedades e permitir, ao longo do tempo, a geração de renda a partir de sistemas agroflorestais enriquecidos com espécies da sociobiodiversidade local, tais como o pinhão, a uvaia, a guavirova, o araçá e outras frutíferas nativas.

O Mercado Institucional da Alimentação Escolar também tem sido um caminho trilhado para escoar a produção. Muitas tratativas foram realizadas com o governo do estado de Santa Catarina para que esse mercado fosse acessado, mas somente em 2008 foi feita a licitação que tornou possível a comercialização para a Gerência Regional de Educação (Gered) de São Joaquim. Foram atendidos os municípios de São Joaquim, Urubici, Bom Retiro, Urupema, Rio Rufino e Bom Jardim da Serra, que receberam R\$ 68 mil pela comercialização de 15 produtos para o abastecimento de dez escolas. Atualmente as discussões e projeções de vendas estão alicerçadas na efetivação da Lei 11.947 e na Resolução 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que garante a inclusão da agricultura familiar como fornecedora de alimentos para alimentação escolar, além de dar preferência para a aquisição de produtos agroecológicos. Para que essa estratégia avance no território, já foram realizados 13 seminários municipais sobre o tema, bem como um seminário de âmbito territorial. Uma iniciativa importante já em curso nesse sentido vem da Cooperativa Ecoserra, que venceu licitação aberta pelo governo estadual para fornecimento da alimentação escolar no município de Palhoça. Serão 16 escolas estaduais de Palhoça que receberão produtos artesanais e ecológicos, correspondendo ao montante de R\$ 259.108,00.

Além de importantes opções econômicas para as famílias ecologistas, esses mecanismos de acesso a mercados con-



Montagem de uma mandala pelo grupo de mulheres da comunidade de Rincão do Tigre em São Joaquim

dizem com a opção política da rede de construir estratégias de comercialização baseadas nos princípios da economia solidária com vistas a superar o estado de insegurança alimentar e nutricional vivenciado pelo estrato mais empobrecido da população do território. Todo esse contexto explicita ainda como a integração entre o mundo rural e o urbano pode contribuir para o desenvolvimento da Agroecologia.

Gênero e educação popular

O trabalho com as mulheres trabalhadoras rurais tem recebido, nos últimos cinco anos, uma dedicação especial por parte das organizações da rede, em particular do Centro Vianeí. A emergência de 14 grupos de produção/agroindustrialização agroecológica geridos por mulheres vem permitindo a criação de espaços sociais para o empoderamento delas como protagonistas em todas as feiras agroecológicas existentes no território. Dessas feiras, quatro são conduzidas exclusivamente por nove grupos que envolvem 100 mulheres. As agricultoras também participam da comercialização em domicílio e nas vendas por meio do PAA. Além disso, sistemas geridos por 101 mulheres estão em processo de certificação participativa. Sete dos dez empreendimentos de agroindustrialização/beneficiamento em fase de adequação/implementação citados anteriormente são administrados por mulheres.

O principal objetivo do trabalho com os grupos e associações de mulheres é superar a subordinação a que elas foram historicamente submetidas por conta de relações de gênero desiguais. Busca-se, portanto, desencadear novas possibilidades de geração de renda e emancipação política das mesmas em benefício da elevação da qualidade de vida

delas e de suas famílias. As ações nesse campo foram concebidas de forma a evitar um enfoque instrumental e utilitarista da questão que enfatize apenas a importância do trabalho das mulheres para o avanço da Agroecologia, sem que a luta pela conquista de autonomia e garantia de direitos seja valorizada e refletida.

Essa estratégia está alicerçada no trabalho de base realizado pelo Centro Vianei em conjunto com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) e vem se valendo de políticas públicas federais no âmbito do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre), atual Assessoria Especial em Gênero, Raça e Etnia (Aegre), do MDA. Enquanto o Ppigre injetou recursos na infraestrutura de agroindustrialização, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA) e os subprogramas Projetos Demonstrativos (PDA/MMA) financiaram o trabalho de Ater junto aos grupos de trabalhadoras rurais.

Educação formal em Agroecologia

A educação formal em Agroecologia é outro eixo de atenção da rede. Duas Casas Familiares Rurais fazem parte do núcleo e apresentam suas demandas específicas e contribuições para a formação das estratégias de ação no território. Para 2010, será implantada no município de Lages uma unidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC), antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). Essa unidade faz parte do programa nacional de expansão do sistema de escolas técnicas federais que o Governo Federal vem promovendo em todo o país. A escola de Lages oferecerá cinco cursos técnicos nos próximos anos, sendo um deles de Agroecologia. Essa foi mais uma conquista da Rede de Agroecologia, tendo em vista os esforços despendidos, com

destaque para a participação em audiência pública realizada pelo IF-SC para a defesa da criação dessa iniciativa educacional no território.

Desafios para a ampliação e a consolidação da Agroecologia no território

Um dos principais desafios para a ampliação e a consolidação das proposições da rede está no fortalecimento e expansão do enfoque agroecológico nas ações de Ater. Apesar da expressiva evolução dos valores aplicados em Ater em nível nacional, tendo saltado de R\$ 42 milhões em 2003 para R\$ 482,5 milhões em 2009, acreditamos que é essencial que o paradigma agroecológico seja incorporado com mais intensidade e qualidade pelas organizações que prestam esses serviços. A Lei 12.188 da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), de janeiro de 2010, em seus princípios indica claramente que se devem *adotar os princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis*. Porém, o conceito de sustentabilidade está em disputa e vem sendo apropriado até pelos atores ligados ao agronegócio. Portanto, para que a opção pela agricultura familiar de base ecológica seja priorizada pela Pnater, torna-se necessário fortalecer as ações dos segmentos da sociedade que historicamente atuam na construção desse novo paradigma. Além disso, a regulamentação da legislação encerra outros desafios, principalmente porque se constituiu num campo de conflitos entre a sociedade civil e as organizações estatais, que, até o momento, não fizeram uma opção clara pela Agroecologia.

Desafio de igual magnitude é a consolidação do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), sobretudo no que se refere ao fornecimento da merenda escolar pela agricultura familiar. Ambos os programas podem vir a significar uma via de acesso segura dos sistemas familiares agroecológicos aos mercados institucionais, promovendo benefícios diretos sobre a segurança alimentar e nutricional de uma camada da população que ainda demanda esse tipo de proteção governamental. Os dois programas estão estabelecendo a *ponte* entre o campo e a cidade, ao possibilitar o acesso a mercados que até então eram inatingíveis. Outros mercados institucionais devem ser valorizados, tais como os hospitais, as forças armadas e outros programas públicos. Uma gigantesca conquista seria articular o campo e a cidade por meio da inserção da produção familiar no programa Bolsa Família. Imaginemos a agricultura familiar de base ecológica abastecendo 50% dos beneficiários do Bolsa Família? Qual seria o impacto? Seria possível? Com qual logística? Finalmente, outro obstáculo a ser enfrentado refere-se à efetivação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) nos territórios, uma vez que, historicamente, o serviço de inspeção sanitária tem representado uma forte barreira à adequação das agroindústrias de base familiar. A partir dos debates no Codeter Serra Catarinense e na Rede de Agroecologia, determinou-se que o Suasa será implantado em 2010 no território por meio de um consórcio de municípios.

Natal João Magnanti

engenheiro agrônomo, Msc Ciências do Solo, Sec. Adm. Finanças do Centro Vianei de Educação Popular de Lages (SC), membro da Coordenação da Rede Ecológica de Agroecologia, Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-SC) vianei10@brturbo.com.br

Agricultura sustentável e a construção de conhecimentos locais: uma experiência em Jalisco, México

Jaime Morales Hernández e
María de Jesús Bernardo Hernández



Fotos: Javier C. Buj



O meio rural mexicano exhibe marcas que evidenciam os efeitos da implementação das políticas neoliberais e da imposição do modelo industrial de agricultura num contexto de globalização econômica. O resultado é uma profunda crise no campo, cujos principais impactos são percebidos no empobrecimento da maior parte das comunidades rurais, na utilização intensiva dos recursos naturais, na emigração massiva e na perda da soberania alimentar. No entanto, em consonância com uma tendência global e ainda em meio à crise, os movimentos sociais vêm multiplicando e articulando esforços em busca de alternativas para atingir a sustentabilidade rural. A partir de uma experiência no estado de Jalisco, México, este artigo aponta para a relevância dos processos sociais voltados à construção de conhecimentos que promovam a transição para agriculturas mais sustentáveis, situando-os como um elemento fundamental dos esforços de resistência e autonomia empreendidos pelos camponeses e indígenas em seus territórios locais.

O contexto rural no México

O México figura entre os dez países com maior diversidade biológica, atribuída a um cenário rural composto pelos mais diversos climas, ecossistemas, tipos de vegetação, solos e topografias. O país também se destaca pela grande diversidade cultural. Sua população rural, formada por indígenas, camponeses, mestiços, crioulos e imigrantes, também situa o México entre os dez países com maior diversidade cultural no mundo. Essa diversidade ecológica e cultural proporcionou as condições para que uma agricultura complexa e avançada se desenvolvesse, possibilitando uma grande agrodiversidade produtiva por todo o

Ao lado: Intercâmbio de sementes nativas.

território mexicano, o que faz do país um dos oito centros mundiais de origem das plantas cultivadas.

Os últimos 500 anos da história do México foram marcados pelo enfrentamento permanente entre os que pretendem enquadrar o país no projeto civilizatório ocidental – o *México imaginário* –, e aqueles que resistem apegando-se a suas raízes meso-americanas – o *México profundo* (BONFIL, 1994). A partir dos anos 1940, o desenvolvimento rural mexicano foi inserido na lógica da urbanização e da industrialização como os únicos meios para atingir a modernização. Assim, o setor rural se constituiu na base econômica para o desenvolvimento do país, e as políticas agropecuárias foram direcionadas para que o campo financiasse o crescimento urbano e o desenvolvimento industrial. Durante esse período, o país se tornou um exemplo clássico, e aparentemente bem-sucedido, do modelo de desenvolvimento modernizador. O setor agrário cumpriu com afinco as funções designadas e serviu de base para a industrialização do México (MORALES, 2004).

No início dos anos 1970, porém, o campo entrou numa profunda crise e sofreu um processo de empobrecimento que se expressou na queda da produção e na perda da autossuficiência alimentar. Em meados dos anos 1980, foram iniciadas as negociações para estabelecer o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN)¹, que envolve os Estados Unidos, o Canadá e o México. O Tratado entrou em vigor em 1994 e conduziu à institucionalização das políticas neoliberais voltadas a intensificar os processos de modernização no meio rural, estipulando a agricultura industrial como o único caminho possível para isso. A implementação do TLCAN tem provocado profundas transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais no campo mexicano (MORALES, 2004).

As políticas neoliberais, a perda da soberania alimentar, o êxodo maciço e a degradação ambiental são fragmentos da crise rural mexicana, que hoje exhibe um cenário desolador, num processo que, segundo Bartra (2005), pode ser considerado como um *agricídio*, realizado de forma premeditada, traiçoeira e desleal. Agora, o campo mexicano, origem do México profundo e exemplo de diversidade ecológica e cultural, está ameaçado e passa por um de seus períodos mais difíceis, imerso numa séria crise que coloca em risco a existência de famílias camponesas e indígenas, seus recursos naturais e sua cultura. Os resultados do desenvolvimento rural no México mostram como, apesar de seguir ao pé da letra os princípios da modernização rural e da globalização neoliberal, o campo

¹ N. do editor: no Brasil o tratado é mais conhecido como NAFTA, da sigla em inglês *North American Free Trade Agreement*.

mexicano entrou numa profunda e complexa crise, que, como define Bonfil (1994), não é a crise do México, mas tão somente a crise de um modelo de desenvolvimento que ignora o México profundo.

A construção da agricultura sustentável no México

Mas é justamente do México profundo, o lado mais afetado pela crise rural, que surgem as diferentes forças que lutam por um mundo rural mais justo e sustentável. A diversidade cultural e biológica, a agrobiodiversidade e a história rural são os alicerces para construir outras formas de relação com a natureza. São os camponeses e indígenas que definiram como marco comum o projeto civilizatório mesoamericano, assumindo-se como atores principais desses processos de transformação rural.

Aderindo à tendência mundial antiglobalização, no México continua crescendo o número de organizações e redes de agricultores, camponeses e indígenas, de consumidores e ONGs, que realizam experiências comunitárias em que a produção agropecuária sustentável, a melhoria do nível de vida e a autogestão do território se articulam em estratégias orientadas para um desenvolvimento rural alternativo. Na visão desses atores sociais, a agricultura sustentável é muito mais que um conjunto de projetos e técnicas, na medida em que faz parte de um grande processo de transformação social que pode ser visto como uma forma de resistência cotidiana do campesinato frente às forças globalizantes (HOLT-GÍMENEZ, 2008). Os atos de resistência e autonomia conduzidos por produtores e movimentos sociais têm em comum a lógica de tomar o potencial endógeno como ponto de partida para definir as práticas adequadas aos diferentes espaços locais (VAN DER PLOEG e LONG, 1994). Estão, portanto, relacionados à defesa dos estilos de vida rurais e, especialmente, à defesa do território como o lugar de construção da identidade local (GERRITSEN e MORALES, 2007).

No México, assim como em toda a América Central, o desenvolvimento da agricultura sustentável e da Agroecologia tem contado com uma importante contribuição das ONGs, por meio de atividades de formação, extensão, pesquisa, promoção e assessoria a comunidades (HOLT-GÍMENEZ, 2008). A agricultura sustentável começou a se desenvolver como uma estratégia orientada a enfrentar a crise rural a partir de três objetivos: a segurança alimentar familiar, o cuidado para com os recursos naturais e a redução dos custos de produção. Em muitos casos, o ponto de partida para a agricultura sustentável tem sido os agroecossistemas locais que, por meio do manejo tradicional, ainda conservam os traços fundamentais de funcionamento ecológico. Para os camponeses e indígenas, a agricultura de base ecológica representa não só uma alternativa viável à crise, mas também se traduz no fortalecimento de sua identidade rural por meio da revalorização de seus saberes e práticas tradicionais de agricultura.

Um indicador relevante da viabilidade dessas estratégias é o crescimento da agricultura ecológica no México, que passou de 23 mil hectares, em 1996, para 403 mil hectares, em 2008. Mais de 56 produtos são cultivados, gerando divisas que chegam a quase US\$ 395 milhões e criando 172 mil empregos diretos. Cumpre ressaltar que a agricultura



Localização do estado de Jalisco



Don Agustín Salvador, indígena wixaritari, mostra seus milhos nativos

ecológica no México é praticada fundamentalmente por pequenos e médios agricultores, que representam 76% dos produtores. Também é necessário assinalar que 82% desse grupo são formados por indígenas que pertencem a 22 povos diferentes (GÓMEZ CRUZ *et al.*, 2008). Como esses dados referem-se exclusivamente a agricultura ecológica certificada, não abrangem todas aquelas agriculturas camponesas e indígenas tradicionais que não participam da certificação convencional.

É possível afirmar, portanto, que no caso do México a construção e os avanços da agricultura sustentável estão assentados em processos sociais mais amplos e devem ser atribuídos fundamentalmente aos movimentos sociais camponeses e indígenas, acompanhados por organizações da sociedade civil, grupos de ecologistas e consumidores, assim como algumas universidades.

A Rede de Alternativas Agropecuárias Sustentáveis de Jalisco

No estado de Jalisco, a problemática rural é marcada pela tendência à exclusão dos atores sociais locais das atividades agropecuárias. A profissão de agricultor como forma de vida se encontra em sério risco na medida em que a importância do meio rural e de suas contribuições para a afirmação da identidade regional é negligenciada. Hoje, a crise na agricultura afeta consideravelmente o conjunto de símbolos e significados culturais que ao longo da história construíram o universo identitário da região. No entanto, Jalisco apresenta também a tendência global e nacional de busca por estratégias alternativas para o desenvolvimento rural sustentável. A região oferece um grande número de experiências locais importantes envolvendo pequenos empresários, camponeses, organizações indígenas e grupos ecológicos urbanos, que conduzem atividades voltadas para a agricultura sustentável, o comércio justo, a produção e comercialização de ervas e plantas medicinais, o turismo rural, educação ambiental, entre outras.

É nesse cenário que, em 1999, nasce a Rede de Alternativas Sustentáveis Agropecuárias (Rasa), como uma iniciativa cidadã e um espaço de encontro entre agricul-

tores, camponeses, indígenas, mulheres, assessores, consumidores, universidades e ONGs. A criação da rede surge como uma proposta de vários grupos de camponeses que já desenvolviam experiências de agricultura sustentável. Embora as experiências se baseassem em diferentes perspectivas, certos objetivos comuns facilitaram essa articulação inicial e permanecem como fatores de coesão da rede, entre eles: o fortalecimento da agricultura familiar; a defesa da dignidade e da identidade rural; a construção de soluções para a pobreza rural e o respeito pela natureza.

A Rasa é uma sociedade cooperativa, que contempla como visão construir relações de transformação social a partir das culturas camponesas e indígenas, com justiça, equidade, dignidade, respeito à natureza, assim como por meio da busca do reconhecimento dos valores camponeses pela sociedade urbana. A rede assume como missão para si a geração, o fomento e a articulação de formas de produção sustentáveis, por meio de processos sociais autônomos que se traduzam numa alternativa ao sistema de desenvolvimento dominante. Em outras palavras, a rede emer-

ge como um espaço local, onde um modelo alternativo de desenvolvimento rural é construído coletivamente.

A Rasa atualmente é formada por 20 grupos locais, integrando 100 famílias que praticam uma agricultura sustentável e diversificada, voltada, sobretudo, ao autoconsumo, mas também ao comércio justo de produtos ecológicos. A Rasa desenvolve quatro linhas de ação – formação, produção, comércio justo e conservação da agrobiodiversidade –, todas orientadas à consolidação de uma agricultura mais sustentável.

A construção social da agricultura sustentável

Os processos de formação têm sido o ponto de partida para a construção de conhecimentos relacionados à agricultura sustentável e atualmente constituem o eixo de ação mais importante da rede. O trabalho de formação tem como base duas referências conceituais e metodológicas: a Agroecologia e a educação popular. Os processos de formação promovidos pela Rasa apresentam as seguintes características: a) contemplam diferentes modalidades: encontros de intercâmbio, oficinas, acompanhamento de grupos e caravanas; b) os conteúdos de cada modalidade são definidos de forma participativa e se estruturam em torno aos princípios da Agroecologia; c) existe uma forte ênfase no resgate das sementes e no conhecimento local; d) a orientação é colocar em prática o que foi aprendido; e) em todas as modalidades há uma importante participação de camponeses como formadores de outros; f) a construção de novos conhecimentos busca estabelecer um diálogo entre os saberes tradicional e científico.

A partir dos processos de formação e da metodologia *campesino a campesino*, foi possível criar um importante grupo de camponeses e camponesas que atuam como formadores de outros agricultores. Os agricultores formadores, por sua vez, partem da identidade camponesa, ligada a valores como o respeito aos outros e à natureza. Os elementos da identidade camponesa orientam a sustentabilidade de maneira prática e reflexiva, uma vez que fomentam o cuidado com a terra, a natureza e a vida (BERNARDO, 2007).

Nos processos de formação, a construção de novos conhecimentos ganha relevância central. Grande parte da aprendizagem que os mesmos camponeses reconhecem vai sendo acumulada a partir do intercâmbio de experiências, da relação com outros camponeses e outros movimentos. Assim começa a construção coletiva: a vinculação do saber antigo com o conhecimento atual e com as técnicas agroecológicas de cultivo. A relação entre técnicos e agricultores, sempre garantindo o respeito à escuta, abre as portas para conhecimentos novos que levam à inovação de técnicas e instrumentos que conduzem à sustentabilidade e à autossuficiência. Assim os sujeitos começam o trabalho de uma agricultura renovada, partindo do que já sabiam, mas agregando novos saberes. O campo-

nês conhece a agricultura desde sua primeira formação, esse conhecimento permite a aproximação e retomada das bases da agricultura tradicional para renová-la em busca de uma agricultura sustentável (FERNÁNDEZ, 2010).

Um elemento fundamental nessa construção de novos conhecimentos é o desejo de compartilhar o que foi aprendido com outros agricultores. O camponês já não se satisfaz em saber fazer as coisas, como também busca poder transmitir esse conhecimento a outros. O conhecimento camponês se constrói dentro de suas realidades, de seus contextos. É um conhecimento obtido pela vivência, arraigado não só em sua mente, mas também em suas práticas cotidianas e em seu coração. É por isso que o camponês tenta dar um passo mais adiante e compartilhar a essência de seu ser e saber com outros, buscando dar vida e transcendência ao próprio conhecimento. Os camponeses encontram na Rasa um espaço que lhes permite compartilhar sua sabedoria e sua experiência, que abre as portas para o encontro com esses outros que buscam e esperam saber um pouco mais para enriquecer sua própria aprendizagem e sua própria prática. Para encontrar o sentido de seu saber fazer, ele precisa compartilhá-lo (FERNÁNDEZ, 2010).

Por meio de seu conhecimento e esforço, e com o respaldo dos processos de formação da Rasa, os camponeses participantes têm conseguido avançar rumo a sistemas de produção mais sustentáveis, o que lhes tem permitido resistir à crise rural, além de recuperar importantes margens de autonomia produtiva. A pesquisa de Bernardo (2007) analisa casos de camponeses que há mais de cinco anos participam dos processos de formação na Rasa e mostra como todos têm modificado seus sistemas de produção, apostando na agrobiodiversidade e no uso de tecnologias sustentáveis. Em todos os casos, o ponto de partida têm sido as práticas da agricultura tradicional e o plantio de sementes nativas. Os camponeses afirmam que foram essas mudanças que proporcionaram maior autonomia e liberdade. Para os agricultores, a Agroecologia representa uma oportunidade de recuperar a identidade camponesa, a possibilidade de complementar o conhecimento próprio, porque o objetivo é trabalhar a terra com cuidado, produzir mais variedade de alimentos, otimizar a economia e melhorar o nível de vida das famílias (BERNARDO, 2007).

Reflexões finais

É possível afirmar, portanto, que, apesar do cenário adverso para a agricultura familiar em Jalisco, as experiências dos grupos da rede têm mostrado sua viabilidade produtiva, ecológica, econômica e social. Os agricultores participantes têm construído novos conhecimentos com base em sua agricultura tradicional, em diálogo com a Agroecologia, promovendo transformações em busca de uma agricultura mais sustentável como um componente estratégico de seus processos de resistência e autonomia.

Nessa transição, os processos de formação são fundamentais para a construção de novos conhecimentos. A experiência da Rasa evidencia a importância dos princípios e métodos da Agroecologia como base dos processos e mostra também a transcendência de incorporar a educação popular e o enfoque de *campesino a campesino*.

A análise dos processos de formação revela que o trabalho da rede vai mais além de um mero treinamento de camponeses em técnicas agrícolas sustentáveis. A Agroecologia é considerada como um fator de mobilização social, tanto no meio rural como no urbano, que aposta na ação coletiva para participar em assuntos sociais e políticos. A experiência da Rasa ilustra o surgimento de um incipiente movimento social, alimentado pelas capacidades dos camponeses e assessores, as ideologias, as histórias políticas e sociais e as formas de organização social.

A Rasa pode ser encarada como uma iniciativa cidadã assentada em novos movimentos sociais rurais e que reúne dois tipos de atuação, o progressivo e o *aspirativo* (WOODS, 2003). O ruralismo progressivo surge da resistência contra as práticas agroindustriais da agricultura moderna, contra as políticas agrícolas e contra os vários aspectos negativos da globalização. Já o ruralismo aspirativo se expressa como a busca dos atores rurais para defender e manter sua bagagem e identidade cultural. Sob ambas as perspectivas, podemos identificar a natureza da atuação da Rasa, uma vez que, de um lado, reflete a resistência contra as práticas agroindustriais da agricultura moderna e suas políticas agrícolas e, por outro, está baseada na força de seus membros e de sua bagagem e identidade cultural.

Jaime Morales Hernández
doutor em Agroecologia e pesquisador do Centro de Investigación y Formación Social del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente em Guadalajara, Jalisco, México.
jaimem@iteso.mx

María de Jesus Bernardo Hernandez
mestra em Agroecologia e pesquisadora da Red de Alternativas Sustentables Agropecuarias, Jalisco, México
bhmj_19@hotmail.com

Referências bibliográficas

- BARTRA, Armando. Rusticana. In: GALLARDO, Rigoberto; MORENO, Villa Rafael (Coord.). **México tras el ajuste estructural**, v. 2. México: Ediciones Iteso y la Universidad Iberoamericana León, 2005.
- BERNARDO, María de Jesús. **Estrategias de formación en desarrollo rural sustentable con actores sociales**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidad Internacional de Andalucía, Jaén, Espanha.
- BONFIL, Guillermo. **México profundo: una civilización negada**. México: Editorial Grijalbo, 1994.
- FERNÁNDEZ, Verónica. (2010) **Aprendizajes campesinos hacia la sustentabilidad**. 2010. Tese (Licenciatura em Ciências da Educação) – Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, Guadalajara, México.
- GERRITSEN, Peter R.W.; HERNÁNDEZ, Jaime Morales. **Respuestas locales frente a la globalización económica**. Productos regionales de la Costa Sur de Jalisco. México: Universidad de Guadalajara/Iteso/Rasa, 2007.
- GÓMEZ, Cruz M.; SCHEWENTESIUS, R.; ORTIGOZA, J.; GÓMEZ, L. **Datos básicos de la Agricultura Orgánica de México: situación, retos y tendencias**. México: Coediciones Universidad Autónoma de Chapingo y Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología México, 2008.
- HOLT-GÍMENEZ, Eric. **Campesino a campesino**. Voces de Latinoamérica. Movimiento Campesino a Campesino para la agricultura sustentable. Nicaragua/EUA: Simas/Food First Books, 2008.
- MORALES, Hernández Jaime. **Sociedades Rurales y Naturaleza**. México: Ediciones Iteso y Universidad Iberoamericana León, 2004.
- VAN DER PLOEG; LONG, N. **Born from within; practice and perspectives of endogenous rural development**. Holanda: Ed. Von Gorcum Assen, 1994.
- WOODS, M. Deconstructing rural protest: the emergence of a new social movement. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p. 309-325, 2003.



Fotos: Víctor Toledo

Mulheres Tzeltales de Chiapas

As experiências agroecológicas do México: uma visão geopolítica

Víctor M. Toledo

Em termos agrários, o México pode ser considerado um país muito especial. A revolução do início do século XX (1910-1917) gerou a primeira, senão a única, reforma agrária da América Latina, deixando nas mãos das comunidades camponesas e indígenas a metade do território, assim como boa parte dos recursos naturais (água, bosques, selvas, biodiversidade, germoplasma). Em 1910, a situação era de profunda injustiça agrária. Embora dois terços da população fossem do meio rural, 60% da terra pertencia a somente 2% dos proprietários, excluindo 95% das famílias

rurais. A revolução agrária, cujas principais lideranças foram Emiliano Zapata, ao sul, e Francisco Villa, nas regiões centro e norte, conseguiu que em 1915 fosse assinado o decreto que implementou a reforma agrária, o qual foi ratificado pelo Artigo 27 da nova constituição mexicana de 1917. O desmantelamento dos grandes latifúndios e fazendas (cerca de 11 mil) perdurou por quase seis décadas.

Hoje, o México detém mais de 100 milhões de hectares distribuídos entre *ejidos* e *comunidades*, duas formas de propriedade comum da terra. Os *ejidos* são núcleos familiares

camponeses que fazem uso coletivo da terra e de seus recursos, enquanto as comunidades são formadas por grupos indígenas cujos direitos foram restabelecidos e reconhecidos. Em ambos os casos, a propriedade é social, com regras de acesso, posse e transmissão baseadas no uso equitativo e comunitário. Essas condições têm prevalecido apesar da contrarreforma agrária engendrada por C. Salinas de Gortari, em 1992 (RANDALL, 1999), destinada a privatizar a propriedade social e abrir o caminho para a regularização da posse da terra em favor das empresas ou sociedades mercantis. Essa situação provocou, entre outras coisas, o levantamento neozapatista na região de Chiapas.

Propriedade social, culturas indígenas e recursos naturais

Segundo os dados do último censo agrário realizado em 1991, existia no México um total de 4,58 milhões de proprietários rurais, dos quais 66% eram famílias camponesas vivendo em *ejidos* ou comunidades que controlavam 103 milhões de hectares, enquanto 30,8% eram proprietários privados que detinham algo mais que 70 milhões de hectares. É importante conhecer esse panorama agrário, que até hoje pouco mudou, para poder perceber o salto considerável no número de projetos agroecológicos conduzidos no México, bem como entender seus significados social, cultural e político.

O fator histórico também é fundamental para compreender a atual conjuntura. O México foi o cenário onde se originou e desenvolveu uma das mais vigorosas civilizações antigas: a América Central. Nessa região cultural floresceram inúmeras sociedades que domesticaram o milho e outras 100 espécies de plantas – a maioria alimentícia –, um processo que levou cerca de 7 mil anos. A população indígena centroamericana atual chega a 12 milhões, está distribuída em 26 regiões e ocupa os principais habitats do território mexicano. Assim, o campesinato de língua indígena cobre uma superfície estimada em 28 milhões de hectares (BOEGE, 2008). Embora essa superfície não seja particularmente extensa, o seu valor reside no fato de concentrar grande parte das áreas biologicamente mais ricas do país, bem como as porções mais bem conservadas de florestas e matas, numerosas regiões produtoras de água e a maioria dos sistemas de agricultura tradicional, detentora de uma notável riqueza genética (germoplasma).

Um dos elementos mais importantes a destacar é a biodiversidade. No México, a metade dos *ejidos* e comunidades se situam nos dez estados classificados como de maior diversidade biológica do país: Oaxaca, Chiapas, Veracruz, Guerrero, Michoacán e outros cinco. Um diagnóstico elaborado por vários especialistas para a Comissão Nacional para o Conhecimento e Uso da Biodiversidade (Conabio) identificou

um total de 151 áreas consideradas como regiões prioritárias para a conservação biológica. Destas, quase 60 se encontram sobrepostas a territórios indígenas. Além disso, as principais Reservas da Biosfera do México são próximas ou estão dentro de territórios camponeses e indígenas, existindo ainda um considerável número de reservas comunitárias, cuja maioria foi criada de maneira espontânea e em nível local.

Além disso, a presença significativa da propriedade social faz do México o país com maior porcentagem de florestas e matas sob custódia e manejo comunitários do mundo. Mais de 7 mil *ejidos* e comunidades possuem entre 70 e 80% das florestas e matas mexicanas. Esse fato vem motivando, há mais de duas décadas, a criação de inúmeros projetos florestais de inspiração ecológica. Em suma, hoje os territórios camponeses e indígenas detêm os principais reservatórios hidráulicos, biológicos, genéticos e de vegetação do país. Só em termos de recursos hídricos, os territórios das comunidades indígenas captam quase um quarto da água utilizada nas cidades, na agricultura irrigada, na geração de energia, na pesca ribeirinha e no turismo costeiro.

A opção agroecológica

A revolução mexicana, ocorrida há um século, obteve duas conquistas impensáveis para sua época e de enorme atualidade: a *recampesinização* do meio rural, como resultado do desmembramento dos latifúndios, e o resgate e a reinvenção da matriz cultural centro-americana, que devolveu a terra aos povos indígenas ao reconhecer o direito a suas propriedades ancestrais. Fez-se assim justiça, revalorizando a pequena propriedade (o tamanho médio das parcelas agrícolas é de 9 hectares por família, além do direito de acesso às áreas comuns de cerca de 25 hectares) e renovando uma cultura que há pelo menos 9 mil anos promove um processo de interação com os recursos naturais. Ao resgatar essa memória biocultural, a revolução mexicana restabeleceu uma conexão com o passado milenar, assentado em crenças, saberes e práticas, que hoje configuram uma sabedoria de enorme valor (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2008).

Esse panorama ajuda a explicar o crescimento inusitado de novos projetos de inspiração ecológica nas últimas duas décadas, assim como permite entender por que boa parte deles têm se multiplicado no centro e no sul do país. No caso do México, as experiências

agroecológicas não se reduzem nem se concentram na agricultura e na pecuária, atêm-se mais a um manejo ecologicamente adequado dos recursos naturais locais, incluindo as áreas florestais e a conservação da agrobiodiversidade. É por essa razão que os projetos agroecológicos no México se confundem com as iniciativas de sustentabilidade comunitária.

O eixo central dessas iniciativas inovadoras de Agroecologia e sustentabilidade é formado pelas comunidades florestais e cafeeiras. Embora as florestas e matas das comunidades e dos *ejidos* sejam de propriedade comunal, elas foram intensamente exploradas durante décadas por empresas privadas e estatais. Durante as últimas três décadas, no entanto, várias comunidades têm conseguido recuperar o controle de suas próprias florestas. Hoje, dezenas de comunidades florestais estão comprometidas com uma produção ecologicamente correta de produtos, madeireiros ou não, tais como cogumelos, resinas, plantas medicinais, folhas de palma, gomas e especiarias. Nesse cenário, destaca-se o papel da União Nacional Florestal Comunitária (Unofoc), que incentiva seus membros (550 comunidades e *ejidos*) a produzirem de forma ecologicamente adequada e aglutina numerosas experiências bem-sucedidas em nível nacional e internacional. O adequado manejo florestal de várias dessas comunidades tem sido certificado pelo *Forest Stewardship Council*.¹

No contexto da produção mundial de café, o México ocupa atualmente o quarto lugar, em termos de volume, e o quinto lugar, em termos de superfície de colheita. Estima-se que o número de produtores de café chega a 200 mil, que cultivam cerca de 780 mil hectares (2004). No México, 70% da produção cafeeira é realizada por agricultores de comunidades rurais. Grande parte desse setor comunal é formada por produtores indígenas de 28 culturas, entre as quais se

¹ Nota da Tradutora: uma organização independente, sem fins lucrativos, com representação em mais de 50 países, que oferece serviços a empresas, organizações e comunidades interessadas em manejos florestais responsáveis. Para saber mais, acesse: <http://www.fsc.org/>.



Manifestação em cooperativa indígena

destacam os zapotecos, mixtecos, mixes, totonacas, nahuas, huastecos, tzetzales, zoques, tojolabaise chatinos (MOGUEL e TOLEDO, 2004). Esses produtores indígenas mantêm plantações agroflorestais de café à sombra em consórcio com diversos estratos e uma grande variedade de espécies úteis (policultivos), ao contrário das modernas plantações agroindustriais de café cultivado ao sol, que utilizam agroquímicos e promovem desmatamento e erosão de solos.

Como resultado, o México se tornou o primeiro país produtor de café orgânico certificado do mundo (representando um quinto do volume total), sendo os produtores indígenas responsáveis por uma parte substancial dessa produção. Estima-se que cerca de 300 mil hectares de cafezais assumem a forma de *jardins de café* cultivado à sombra e organicamente. Nesses sistemas agroflorestais, apenas um hectare pode apresentar entre 50 e 150 espécies de plantas úteis, das quais se pode obter uma grande variedade de frutos tropicais, além de plátanos, cítricos, pimenta, canela, macadâmia, lichia, maracujá, manga, mel e, especialmente, café.

Uma visão geopolítica

Os critérios do neoliberalismo determinam que a produção agrícola, pecuária e florestal deve ser feita por proprietários individuais, em grandes extensões e seguindo os padrões tecnológicos agroindustriais. Esse modelo busca imprimir



Representação de produção ecológica de café. Pintura de Gregorio Mendez.

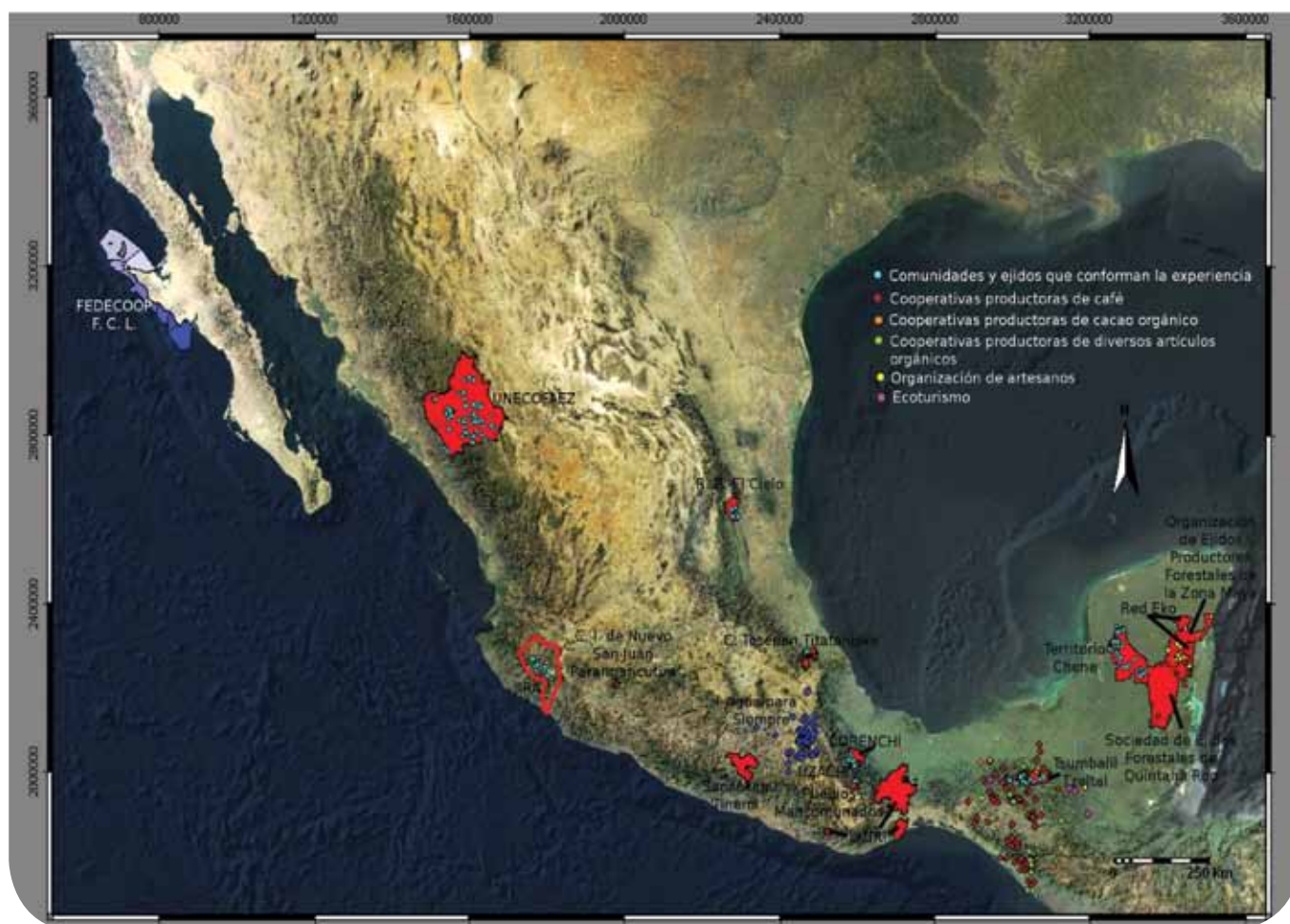
uma produção especializada, rentável, altamente tecnicizada (petroagricultura) e que permita a acumulação de capital. Já as experiências agroecológicas do México e de outros países latino-americanos, como Brasil, Cuba, Argentina, Bolívia e Colômbia, estão baseadas numa produção de pequena escala, de famílias camponesas organizadas em comunidades ou cooperativas e não usam tecnologias dependentes de combustíveis fósseis. O tamanho das propriedades e a maneira de utilizar os recursos também são fundamentais e, portanto, todo projeto agroecológico requer uma verdadeira reforma agrária, que coloque os recursos naturais nas mãos das comunidades, não de indivíduos ou empresas.



Cooperativa indígena de Tosepan Titataniske, principal produtora de café orgânico do México

Nessa batalha entre Agroecologia e agroindustrialização, torna-se essencial desenhar um panorama geográfico dos avanços obtidos pelos projetos agroecológicos e/ou sustentáveis. No caso mexicano, um primeiro inventário georreferenciado de projetos revela sua localização e extensão. Em termos nacionais, é possível identificar algo em torno de 15 regiões que compõem cenários admiráveis de projetos agroecológicos e/ou de sustentabilidade. Como podemos observar na Figura 1, eles proliferam em áreas do centro, sul e sudeste do país. Essas regiões constituem focos estratégicos para a reprodução ampliada de processos voltados a fortalecer o controle local, comunitário e, inclusive, regional, contribuindo para a manutenção e o aumento do poder social.

Localização de experiências de Agroecologia pelo território mexicano



Fonte: Toledo

Entre os estados que se destacam como laboratórios de novas experiências, estão Oaxaca e Chiapas, locais de predominância de culturas indígenas. Em Oaxaca, estado em que se fala o maior número de línguas e com a mais alta biodiversidade do país, as taxas de desmatamento são notavelmente baixas. Ali existem mais de 600 experiências de sustentabilidade comunitária em diferentes graus de desenvolvimento (Figura 2). Esse estado, onde quase três quartos dos *ejidos* e comunidades possuem recursos florestais, talvez seja o principal laboratório de manejo comunitário de matas do país.

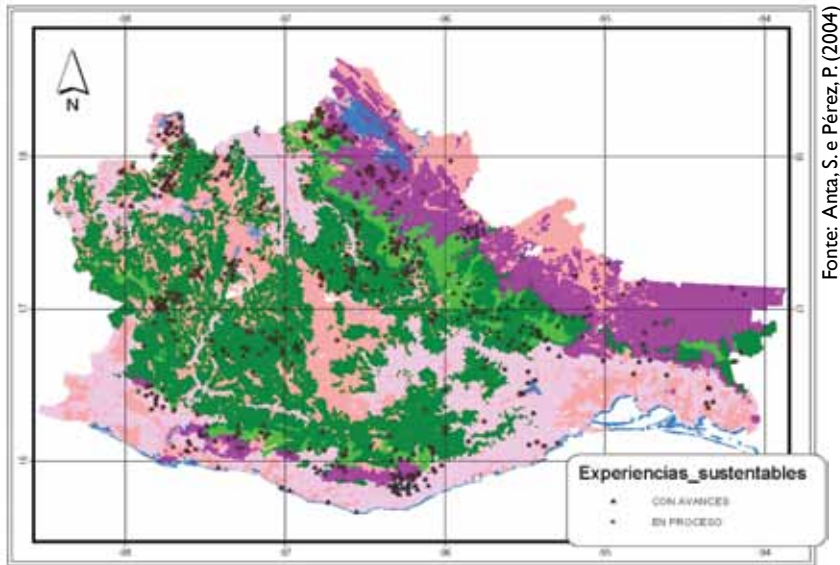
Em Chiapas, a metade do território está sob controle do neozapatismo, movimento que governa cinco regiões autônomas, enquanto na outra metade proliferam as experiências agroecológicas, principalmente de produção de café orgânico e outros produtos, como cacau e mel. Chiapas é o principal cen-

Quadro I – Número de comunidades com projetos de sustentabilidade em cinco estados do México.

Total	Estado	Agricultura ecológica e orgânica	Ecoturismo	Florestal (inclui silvicultura)	Conservação	Outros
100	Puebla					
94	Michoacán	13	11	10	10	50
586	Oaxaca	355	---	150	45	36
134	Chiapas	127	4	1		2
189	Q. Roo	---	50	97	---	42
1103						

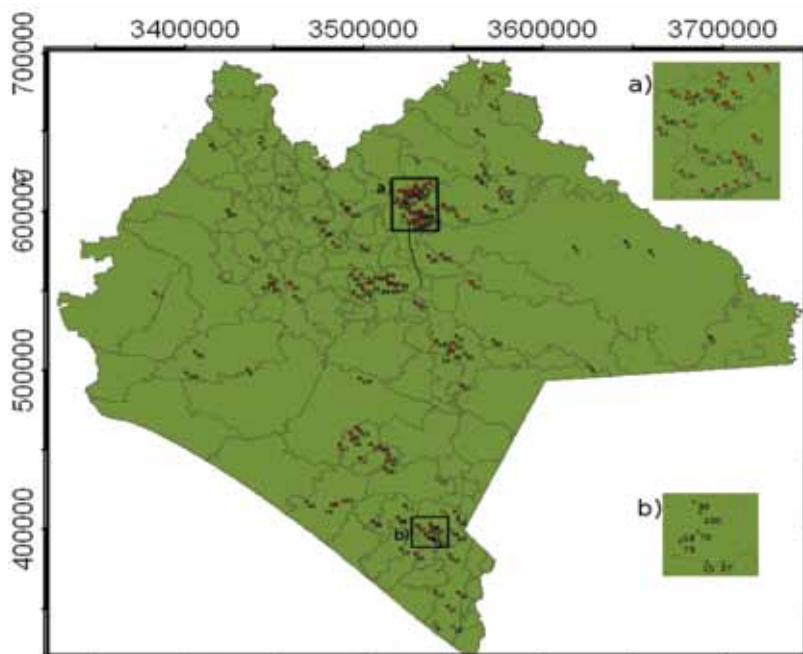
Fontes diversas.

Figura 2 - Mapa do estado de Oaxaca com a distribuição de 616 projetos e experiências de sustentabilidade comunitária



Fonte: Anta, S. e Pérez, P. (2004)

Figura 3 - Mapa de Chiapas com a distribuição geográfica de 134 experiências de sustentabilidade comunitária



tro da produção de café orgânico à sombra e reúne mais de 100 cooperativas indígenas que manejam cerca de 90 mil hectares (Figura 3).

Finalmente, a soma das experiências agroecológicas e/ou sustentáveis registradas em cinco estados (Michoacán, Puebla, Oaxaca, Chiapas e Quintana Roo) chega a mais de mil (Quadro 1). Esse número abrange todas as experiências sem distinção, sejam aquelas mais bem sucedidas, com um percurso de

vários anos (até mais de duas décadas) e marcadas por um longo caminho de erros e acertos, as que são conduzidas por comunidades que acabam de adentrar esses terrenos ou projetos que se encontram na metade de seu processo.

Conclusão

A expressão espacial ou geográfica dos projetos agroecológicos ajuda a dimensionar a magnitude dos processos antineoliberais presentes nas áreas rurais. Além disso, tem a função de orientar o planejamento geopolítico, a reprodução e a ampliação das experiências, assim como contribui para a criação de redes de comunicação e intercâmbio. É na dura batalha em defesa da natureza e da cultura, do bem-estar dos povos, da segurança alimentar e da justiça agrária e social, que os instrumentos de análise espacial adquirem grande valor estratégico.

Víctor M. Toledo

Centro de Pesquisas em Ecossistemas,
Universidade Nacional
Autônoma do México.
vtoledo@ate.oikos.unam.mx

Referências bibliográficas

BOEGE, E. 2008. **El Patrimonio Biocultural de los Pueblos Indígenas de México**. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia y Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos indígenas, 2008. 342 pp.

MOGUEL P.; TOLEDO, V.M. Conservar produciendo: biodiversidad, café orgánico y jardines productivos. **Biodiversitas**, v. 55, p. 1-7, 2004.

RANDALL, L. (Ed). **Reformando la Reforma Agraria Mexicana**. México: Universidad Autónoma Metropolitana e El Atajo ediciones, 1999. 433 pp.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La Memoria Biocultural**. Barcelona: Editorial Icaria, 2008.



Planejamento e desenvolvimento dos Territórios Rurais. SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Org.). Brasília: Embrapa Informação e Tecnologia, 2002.

Em uma conjuntura na qual se acentuam os questionamentos sobre os modelos de desenvolvimento rural, cada vez mais distantes das especificidades dos atores locais e dos ecossistemas regionais, os textos reunidos no livro buscam analisar a pertinência da abordagem territorial do desenvolvimento para interpretar e valorar as múltiplas dimensões do rural. Os textos defendem a ideia de que questões recorrentes da atualidade – globalização, não-engajamento

do Estado em relação às responsabilidades sociais, descentralização administrativa, entre outras – requerem novas formas de apoio ao desenvolvimento rural que adotem os territórios como unidades de análise e planejamento para a incidência e a integração de políticas públicas.

Cartografias sociais e territórios.

ACSERALD, H. (Org.). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRH, 2008.

A inclusão de populações locais em processos de produção de mapas tem se disseminado mundialmente desde os anos 1990. As implicações desses mapeamentos podem ser de longo alcance e ter grande impacto sobre a reestruturação das relações de poder e das instituições relacionadas a posse, acesso e uso dos recursos territoriais. O livro integra a coleção *Território, ambiente e conflitos sociais* e tem por objetivo alimentar o debate sobre as experiências participativas em processos cartográficos no Brasil, bem como explicitar as estratégias, os quadros conceituais e metodológicos que as orientam.



Por uma geografia dos camponeses. PAULILO, E.T. São Paulo: Unesp, 2006.

Partindo da premissa de que a reprodução do campesinato requer o controle de parcelas do território, a autora trabalha com a ideia de que tais parcelas não podem ser entendidas senão como parte de um todo que é dominado pela lógica capitalista. Nesse sentido, o território deve ser apreendido como síntese contraditória entre projetos opostos de apropriação dos seus recursos. As relações de poder que estão no âmago do processo de construção do território se definem nos embates e confrontos entre os atores portadores desses projetos díspares. O livro é produto de pesquisa realizada no Norte do Paraná, na qual a autora demonstra que o acesso às tecnologias da Revolução Verde não foi capaz de desarticular a natureza camponesa da parcela da agricultura familiar que se *modernizou*. Trata-se de uma percepção essencial para o campo agroecológico que, em essência, atua para apoiar processos de recampesinização dos territórios rurais.

Campeinato e territórios em disputa. PAULILO, E.T; FABRINI, J. E. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Os camponeses (em movimento) têm contrariado os prognósticos sobre o seu desaparecimento, pois sua rebeldia contumaz, por vezes silenciosa, por vezes ruidosa, envolve a luta pelo controle de frações do território, o que supõe a diminuição do poder econômico dos setores hegemônicos da sociedade. Por essa ótica, os autores dos textos reunidos nessa publicação analisam os conflitos entre o campesinato e o agronegócio, apresentando e discutindo como disputas territoriais que ocorrem em diferentes contextos vêm se traduzindo como a expressão da resistência à hegemonia do modelo neoliberal de desenvolvimento.





Foto: Paulo Petersen

Encontro de agricultores experimentadores em Araponga (1994)

Compatibilizando o desenvolvimento rural com a preservação ambiental: a experiência do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

No Brasil, é comum haver conflitos entre os órgãos oficiais responsáveis pela política ambiental e as populações que vivem e produzem em áreas destinadas a abrigar unidades de conservação ambiental (UCs) e seu entorno. A situação é ainda mais grave quando se trata da criação de parques, considerados uma modalidade de Proteção Integral, ou seja, que não admite a permanência de comunidades ou populações humanas em seu interior. No entanto, a implantação da política ambiental sem a participação efetiva das populações locais fere os direitos territoriais das mesmas, além de gerar uma grande contradição, já que, em geral, são essas mesmas populações e suas gerações passadas as responsáveis pelo fato de ainda existirem remanescentes de ecossistemas a serem conservados. Devem ser consideradas, portanto, agentes protagonistas e as maiores interessadas na conservação.

O processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb), na Zona da Mata de Minas Gerais, não fugiu a essa realidade. Um grande conflito foi deflagrado com a notícia de que todas as famílias que residiam acima da cota de mil metros de altitude teriam suas terras desapropriadas para a implantação do parque. Por meio de seu Programa de Conservação da Mata Atlântica da Serra do Brigadeiro, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-

ZM) apoiou organizações locais da região a valorizarem as experiências em Agroecologia que vinham desenvolvendo há muitos anos com o objetivo de demonstrar a compatibilidade entre a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e a dinamização da economia regional com base em uma agricultura familiar próspera e produtiva. Esse processo resultou na redefinição dos marcos que delimitam o parque e orientou as estratégias de gestão das áreas ao redor. Atualmente, a UC e seu entorno integram um território defendido pelas organizações locais como espaço para a implantação de um projeto de desenvolvimento fundado na agricultura familiar.



Foto: Arquivo CTA

Mobilização comunitária para debater a criação do parque

Divulgue suas experiências nas revistas Leisa

V.7 N° 3 - Aproveitando todas as gotas: manejo da água nos agroecossistemas

A agricultura consome atualmente cerca de 70% da água bombeada de rios, lagos e aquíferos do mundo. Somente o volume desperdiçado nessa atividade (55% do total) é superior à soma dos demais consumos humanos. Apesar de levarem à rápida deterioração dos corpos d'água e apresentarem baixos níveis de eficiência na conversão de água em alimentos, os sistemas intensivos de irrigação continuam a ser apregoados como meio para o aumento das produções dos sistemas agropecuários. Essa realidade evidencia que a solução para a crise hídrica mundial – que já atinge 1/3 da população e que deverá atingir 2/3 em meados deste século – passa necessariamente pela interrupção do uso perdulário da água na agricultura, pela proteção das fontes naturais e pela busca de alternativas para a construção de segurança hídrica

dos agroecossistemas. A edição v. 7, n. 3 da *Revista Agriculturas* será dedicada ao tema do manejo da água pela perspectiva agroecológica. Dentre outras questões de interesse, gostaríamos de receber artigos que enfoquem estratégias voltadas ao aumento da eficiência do uso da água nos agroecossistemas, dentre as quais destacamos: práticas de captação, armazenamento e distribuição de água de chuvas; sistemas de pequena irrigação; melhoria da eficiência do sistema hidrológico, seja pelo favorecimento da infiltração e da retenção da água nos solos, pela penetração profunda das raízes dos cultivos ou pela redução das perdas por escoamento superficial e evaporação; e gestão comunitária de recursos hídricos pelo enfoque de microbacias hidrográficas.

Data limite: 02 de agosto

V.7 N° 4 - Ensino da Agroecologia

A essência do enfoque agroecológico para a construção dos conhecimentos está no estabelecimento de dinâmicas sociais voltadas para a inovação local a partir do diálogo entre os saberes científico e popular. Essa característica distintiva da Agroecologia com relação às ciências agrárias convencionais cobra a superação da perspectiva difusionista (ou de transferência de tecnologias) que ainda prevalece na prática de extensionistas e pesquisadores, bem como nas instituições a que estes estão vinculados. A necessidade de preparação de profissionais para atuar sob essa nova perspectiva científica interpela duplamente as instituições dedicadas ao ensino. De um lado, elas estão desafiadas a introduzirem modificações nos conteúdos trabalhados, abandonando o enfoque produtivista da agricultura industrial; por outro, necessitam adotar pedagogias que favoreçam o exercício do enfoque sistêmico e da interdisciplinaridade. Precisam ainda preparar os alunos para o emprego de seus conhecimentos acadêmicos com base em relações de poder horizontalizadas com famílias e comunidades rurais.

Inovações nesse campo vêm sendo exercitadas nas várias regiões do país, sobretudo desde os anos 2000, com o surgimento de cursos oficiais de nível médio ou superior constituídos a partir da crítica ao ensino tecnicista moldado para implantar e consolidar o paradigma técnico-científico da Revolução Verde. Figuram também nesse novo cenário iniciativas de ensino protagonizadas por movimentos sociais que lutam pela reestruturação das práticas educacionais a partir dos conceitos de educação do campo e educação contextualizada. Apesar da proliferação de experiências de ensino inovadoras, elas são ainda pouco conhecidas e debatidas. Esse fato vem dificultando uma melhor compreensão sobre as diversidades existentes entre elas e os avanços e limitações que vêm encontrando para ultrapassar o paradigma dominante. A edição v. 7, n. 4 da *Revista Agriculturas* pretende dar uma contribuição a esse debate ao estimular a sistematização e a divulgação das trajetórias dos grupos envolvidos nessas experiências inovadoras.

Data limite: 15 de setembro

Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até seis laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos

devem vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para revista@aspta.org.br.

ACESSE: www.agriculturas.leisa.info